



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 01 DE FEVEREIRO DE 2021

ATOS DO PODER EXECUTIVO

CONTRATO IMÓVEL Nº 01/2021

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA SEDIAR CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-CRAS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CONGO E LUIZ DE CASSIMIRO DA SILVA, CONGO-PB - ART. 24, INCISO X, DA LEI FEDERAL Nº. 8.666/93 E LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado, como LOCATÁRIO, o MUNICÍPIO DE CONGO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Senador Rui Carneiro, s/n, Congo- Paraíba, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.670.164/0001-81, neste ato representado por seu Prefeito, ROMUALDO ANTÔNIO QUIRINO DE SOUSA, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua José Lucas irmão, s/n, Centro, Congo- Paraíba, doravante denominado MUNICÍPIO, e LUIZ CASSIMIRO DA SILVA, pessoa física, residente domiciliado na Rua Senador Rui Carneiro, S/N- Centro, Congo-PB, inscrito no CPF sob o nº 058.688.314-20, RG nº 2.799.939 SSP/PB, a seguir denominado LOCADOR, que, ao final, este subscreve, têm entre si justo e conveniado o presente contrato, nas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO

Constitui objeto do contrato formalizado por este instrumento a locação de um imóvel situado a Rua José Lucas irmão, para sediar Centro de Referência de Assistência Social-CRAS, da Prefeitura Municipal de Congo.

CLÁUSULA SEGUNDA

Havendo dúvidas ou divergências em relação ao disposto neste instrumento de contrato e seus anexos, as mesmas serão objeto de acordo entre as partes, prevalecendo o que mais beneficiar o interesse público, haja vista a supremacia deste sobre o interesse privado.

CLÁUSULA TERCEIRA- DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

O prazo de execução do contrato é de 12(doze) meses, contados a partir da data de assinatura do termo de entrega de chaves e a vigência contratual terá início a partir da assinatura do contrato.

Parágrafo único Os prazos de vigência e de execução poderão ser prorrogados nas hipóteses previstas em lei, até o limite legal permitido, mediante acordo entre as partes.

CLÁUSULA QUARTA- DO PREÇO

O valor do aluguel mensal será de R\$ 350,00(trezentos e cinquenta reais), totalizando, nos 12 (doze) meses, o valor de R\$4.200,00(quatro mil e duzentos reais).

CLÁUSULA QUINTA- DO PAGAMENTO

O pagamento dar-se-á da seguinte forma:

§1º O LOCADOR deverá expedir, no primeiro dia útil do mês subsequente ao da locação, RECIBO DE ALUGUEL, em nome do MUNICÍPIO DE CONGO, em que conste:

- O valor do aluguel de forma numérica e por extenso;
- O nome e CPF do LOCADOR;
- O CNPJ do Município de Congo (CNPJ/MF sob o nº 08.670.164/0001-81);
- O número do empenho;
- O endereço completo do terreno locado;
- O período referente ao aluguel;

§2º A apresentação deste documento não exime o LOCADOR da exibição de outros que seja necessário para atestar o regular pagamento dos encargos mobiliários e imobiliários, ou outros a que esteja obrigado, os quais deverão ser providenciados no prazo de 05 (cinco) dias, contados da solicitação.

§3º O LOCADOR deverá indicar, por meio de ofício a ser entregue ao gestor de contrato, no prazo de 05(cinco) dias após a assinatura do contrato, o número de conta bancária aberta em seu nome, o número da agência e o nome da instituição bancária em que serão efetuados os depósitos.

CLÁUSULA SEXTA- DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do objeto deste contrato será efetuada pelo (a) gestor de contrato, a ser oportunamente designado (a) pela Comissão de Licitações e Contratos, o (a) qual efetuará a conferência dos valores designados no recibo de aluguel e estando em conformidade com o contratado, encaminhará à Gerência de Controle de Empenho e Liquidação para que se proceda ao pagamento na forma da Cláusula Quinta.

§1º Caberá ao (a) gestor de contrato o acompanhamento do cumprimento das obrigações por parte do LOCADOR, conforme descrito na Cláusula Oitava deste contrato.

§2º No desempenho de suas atividades é assegurado ao órgão fiscalizador o direito de verificar a perfeita execução do presente ajuste em todos os termos e condições.

§3º A fiscalização por parte do MUNICÍPIO e da Comissão de Licitação não eximirá ou reduzirá, em nenhuma hipótese, as responsabilidades do locador

sobre eventuais falhas que venha a cometer, mesmo que não indicada pela fiscalização.

§4º Caberá à fiscalização exercer rigoroso controle do cumprimento do contrato, fazendo cumprir a lei e as disposições do presente Contrato.

§5º Todas as ocorrências que vierem a prejudicar a regular execução do objeto do presente contrato deverão ser comunicadas, imediatamente, através de ofício, ao (a) gestor de contrato da Comissão de Licitações e Contratos, que tomará as providências cabíveis.

§6º Antes de comunicar as ocorrências ao (a) gestor de contrato, a Comissão de Licitação poderá comunicar oficialmente ao LOCADOR sobre o problema ocorrido, estabelecendo prazo razoável para resposta.

Findo esse prazo, apresentada ou não a resposta, enviará comunicação ao (a) gestor do contrato.

§7º Caberá à Comissão de Licitação o acompanhamento e execução do contrato, in loco, e o apontamento das irregularidades verificadas, comunicando as mesmas ao gestor do contrato. O gestor do contrato considerará como execução de forma regular e satisfatória se não houver nenhuma manifestação contrária feita pela mesma.

§8º Constatando-se que o imóvel não atende a finalidade ou caso haja necessidade de manutenção ou reparos no mesmo, cuja responsabilidade seja do LOCADOR, o(s) gestor (es) de contrato, expedirá (ão) ofício à contratada, comunicando e justificando as razões e ainda notificando-a para que efetue as correções no prazo razoável considerando o tipo de reparo, sendo o mesmo objeto de acordo entre as partes.

CLÁUSULA SÉTIMA- DAS OBRIGAÇÕES DO LOCADOR

Além das naturalmente decorrentes deste instrumento, são obrigações do LOCADOR, durante todo o prazo de vigência contratual:

§1º Gerais

I- Responsabilizar-se, total ou parcialmente, direta ou indiretamente, pelos danos causados diretamente ao LOCATÁRIO ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão dolosas ou culposas, não excluindo ou reduzindo tal responsabilidade a fiscalização realizada pelo LOCATÁRIO;

II- Manter-se durante toda a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de HABITAÇÃO exigidas por lei;

III- Comunicar à fiscalização, de imediato, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique com o imóvel;

IV- Prestar todos os esclarecimentos ou informações solicitadas pelos LOCATÁRIOS, ou por seus prepostos, sobre o objeto;

V- Efetuar manutenção e possíveis reparos no imóvel decorrentes de desgaste natural do mesmo, ou quaisquer outros não relacionados ao seu uso devido, visando repor as condições de habitabilidade, no prazo de 10 (dez) dias a contar da data do recebimento da notificação, além de pagar as despesas extraordinárias de condomínio. Caso haja necessidade de dilatação do prazo, este deverá ser requisitado e justificado pelo LOCADOR através de ofício ao gestor do contrato.

§2º Específicas

I- Entregar ao LOCATÁRIO o imóvel em estado de servir ao uso a que se destina, incluindo a pintura;

II- Garantir ao LOCATÁRIO, durante o tempo de locação, o uso pacífico do imóvel locado;

III- Manter, durante o período da locação, a forma e a destinação do imóvel;

IV- Responder pelos vícios ou defeitos anteriores à locação;

V- Fornecer, num prazo máximo de 05(cinco) dias a contar da assinatura do contrato, ao LOCATÁRIO, caso este solicite, laudo descritivo do imóvel, onde conste estar o mesmo em condições estruturais para a execução do objeto contratual, bem como a descrição minuciosa do estado em que será entregue o mesmo, através de laudo de vistoria, com expressa referência aos eventuais defeitos existentes.

a- O laudo de vistoria deverá conter fotos de todos os cômodos do imóvel(piso, pintura, instalações elétrica etc.), a fim de demonstrar a condição em que o imóvel foi entregue. Depois de concluído e aprovado, o termo de vistoria inicial passará a ser parte integrante do presente instrumento contratual, sendo a ele anexado ao processo administrativo respectivo.

b- Havendo divergência quanto à descrição constante no laudo de vistoria, o órgão beneficiário do imóvel comunicará, através de ofício dirigido ao (a) gestor (a) de contrato, os pontos do laudo sobre os quais diverge, para que o (a) gestor (a) de contrato, em conjunto com o LOCADOR, realize a conferência no local e proceda às correções necessárias.

c- Em, no mínimo, 120(cento e vinte) dias antes do vencimento do prazo de vigência, o LOCADOR deverá elaborar termo de vistoria final provisório e entregá-lo ao (a) gestor de contrato, que o submeterá à aprovação do LOCATÁRIO, verificando as reais condições do imóvel e confrontando com o termo de vistoria inicial.

d- Em, no mínimo, 30(trinta) dias antes do vencimento d prazo de vigência, o LOCADOR deverá elaborar termo de vistoria final definitivo e entregá-lo ao (a) gestor de contrato que procederá conforme a alínea "c" supra.

VI- Fornecer ao LOCATÁRIO o recibo de aluguel em conformidade com o disposto no parágrafo primeiro da Cláusula Quinta deste contrato.

VII- Pagar os impostos e as taxas, incluindo-se o Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) e suas taxas agregadas, tais como coleta de lixo e combate a incêndio, e ainda o prêmio de seguro complementar contra fogo, que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel;

VIII- Exibir ao LOCATÁRIO, quando solicitado, os comprovantes relativos às parcelas que estejam sendo exigidas;

IX- Permitir ao LOCATÁRIO, ao final da vigência contratual, a retirada das redes elétrica e lógica por ele instaladas para adequação das instalações do imóvel às suas necessidades.



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 01 DE FEVEREIRO DE 2021

CLÁUSULA OITAVA- DAS OBRIGAÇÕES DO LOCATÁRIO

Além das naturalmente decorrentes do presente contrato, constituem obrigações do LOCATÁRIO:

- I- Pagar o valor devido ao LOCADOR no prazo avençado;
- II- Acompanhar e fiscalizar o objeto em todas as suas etapas, registrando as ocorrências;
- III- Servir-se do imóvel para o uso convencionado, compatível com a natureza deste e com o fim a que se destina, devendo tratá-lo com o mesmo cuidado como se fosse seu;
- IV- Restituir o imóvel, finda a locação, no estado em que o recebeu, salvo as deteriorações decorrentes do seu uso normal;
- V- Levantar imediatamente ao conhecimento do LOCADOR o surgimento de qualquer dano ou defeito cuja reparação a este incumba, bem como as eventuais turbações de terceiros;
- VI- Realizar a imediata reparação dos danos verificados no imóvel, ou nas suas instalações, provocadas por si, seus dependentes, visitantes ou prepostos. Quanto às benfeitorias necessárias introduzidas pelo LOCATÁRIO, ainda que não autorizadas pelo LOCADOR e permitem o exercício do direito de retenção por parte do LOCATÁRIO;
- VII- Não modificar a forma interna ou externa do imóvel sem o consentimento via e por escrito do LOCADOR;

...- Entregar imediatamente ao LOCADOR os documentos de cobrança de tributos e encargos condominiais, bem como qualquer intimação, multa ou exigência de autoridade pública, ainda que dirigida ao próprio LOCATÁRIO;

IX- Pagar as despesas de telefone e de consumo de força, energia elétrica e gás, água e esgoto, e quaisquer outras que vierem a gravar o imóvel durante o prazo de vigência do contrato;

X- Permitir a vistoria do imóvel pelo LOCADOR ou por seu mandatário, mediante combinação prévia de dia e hora, bem como admitir que seja o mesmo visitado e examinado por terceiros, na hipótese prevista no art. 27 da Lei 8.245/99

CLÁUSULA NONA- DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas em lei e, em caso de desapropriação do imóvel ou de sinistro que inviabilize a sua utilização, ficando este pacto automaticamente rescindido. PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGO.

Parágrafo Único: Na hipótese de rescisão por culpa do LOCADOR, fica este obrigado ao pagamento de multa referente ao valor de 03 (três) meses de aluguel, e aceitar a permanência do LOCATÁRIO no imóvel por pelo menos 45 (quarenta e cinco) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da dotação orçamentária.

07.00 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO- SASDE

08.244.2009.2054-Fundo Municipal de Assistência Social

3.3.90.36.01- Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Física

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DO FORO

As partes ficam obrigadas a responder pelo cumprimento deste termo, perante o Foro da Comarca de Sumé-Paraíba, não obstante qualquer mudança de domicílio do LOCADOR que, em razão disso, é obrigado a manter um representante com plenos poderes para receber notificação, citação inicial e outras medidas de direito permitidas.

E, por estarem justos e acertados, assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Congo, 02 de Janeiro de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO/Locatário

LUIZ CASSIMIRO DA SILVA/Locador

CONTRATO Nº 02/2021

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA SEDIAR SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO, DESPORTOS E LAZER - SECTORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CONGO E ANTONIO CARLOS RAMOS DA SILVA, CONGO-PB - ART. 24, INCISO X, DA LEI FEDERAL Nº. 8.666/93 E LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado, como LOCATÁRIO, o MUNICÍPIO DE CONGO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua: Senador Rui Carneiro, s/n, Congo- Paraíba, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.870.164/0001-81, neste ato representado por seu Prefeito, ROMUALDO ANTÔNIO QUIRINO DE SOUSA, brasileiro, casado residente e domiciliado na Rua José Lucas Irmão, s/n, Centro, Congo-Paraíba, doravante denominado MUNICÍPIO, e ANTONIO CARLOS RAMOS DA SILVA, pessoa física, residente domiciliado no sítio TAPERA, Congo-PB, inscrito no CPF. Sob o nº 126.325.224-98, RG nº 4.226.160 SDS/IPB, a seguir denominado LOCADOR, que, ao final, este subscreve, têm entre si justo e convencionado o presente contrato, nas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO

Constitui o objeto do contrato formalizado por este instrumento a locação de um imóvel situado a Rua Vicente Nogueira Batista, s/n, centro, Congo-PB,

com área edificada de 6m de frente por 18m de fundos, para sediar a Secretaria Cultura, Turismo, Desportos e Lazer, configurando assim o interesse público pela locação. 6m de frente por 18m de fundos, para sediar a Secretaria Cultura, Turismo, Desportos e Lazer, configurando assim o interesse público pela locação.

CLÁUSULA SEGUNDA

Havendo dúvidas ou divergências em relação ao disposto neste instrumento de contrato e seus anexos, as mesmas serão objeto de acordo entre as partes, prevalecendo o que mais beneficiar o interesse público, haja vista a supremacia deste sobre o interesse privado.

CLÁUSULA TERCEIRA- DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

O prazo de execução do contrato é de 12(doze) meses, contados a partir da data de assinatura do termo de entrega de chaves e a vigência contratual terá início a partir da assinatura do contrato.

Parágrafo único. Os prazos de vigência e de execução poderão ser prorrogados nas hipóteses previstas em lei, até o limite legal permitido, mediante acordo entre as partes.

CLÁUSULA QUARTA- DO PREÇO

O valor do aluguel mensal será de R\$ 270,00(duzentos e setenta reais), totalizando, nos 12 (doze) meses, o valor de R\$3.240,00(Três Mil e Duzentos e Quarenta Reais).

CLÁUSULA QUINTA- DO PAGAMENTO

O pagamento dar-se-á da seguinte forma:

§1º O LOCADOR deverá expedir, no primeiro dia útil do mês subsequente ao da locação, RECIBO DE ALUGUEL, em nome do MUNICÍPIO DE CONGO, em que conste:

- a) O valor do aluguel de forma numérica e por extenso;
- b) O nome e CPF do LOCADOR;
- c) O CNPJ do Município de Congo (CNPJ/MF sob o nº. 08.870.164/0001-81);
- d) O número do empenho;
- e) O endereço completo do terreno locado;
- f) O período referente ao aluguel;

§2º. A apresentação deste documento não exime o LOCADOR da exibição de outros que seja necessário para atestar o regular pagamento dos encargos mobiliários e imobiliários, ou outros a que esteja obrigado, os quais deverão ser providenciados, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da solicitação.

§3º O LOCADOR deverá indicar, por meio de ofício a ser entregue ao gestor de contrato, no prazo de 05(cinco) dias após a assinatura do contrato, o número de conta bancária aberta em seu nome, o número da agência e o nome da instituição bancária em que serão efetuados os depósitos.

CLÁUSULA SEXTA- DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do objeto deste contrato será efetuada pelo (a) gestor de contrato, a ser oportunamente designado (a) pela Comissão de Licitações e Contratos, o (a) qual efetuará a conferência dos valores designados no recibo de aluguel e, estando em conformidade com o contratado, encaminhará à Gerência de Controle de Empenho e Liquidação para que se proceda ao pagamento na forma da Cláusula Quinta.

§1º. Caberá ao (à) gestor de contrato o acompanhamento do cumprimento das obrigações por parte do LOCADOR, conforme descrito na Cláusula Oitava deste contrato.

§2º. No desempenho de suas atividades é assegurado ao órgão fiscalizador o direito de verificar a perfeita execução do presente ajuste em todos os termos e condições.

§3º A fiscalização por parte do MUNICÍPIO e da Comissão de Licitação não eximirá ou reduzirá, em nenhuma hipótese, as responsabilidades do LOCADOR sobre eventuais faltas que venha a cometer, mesmo que não indicada pela fiscalização.

§4º. Caberá à fiscalização exercer rigoroso controle do cumprimento do contrato, fazendo cumprir a lei e as disposições do presente Contrato.

§5º. Todas as ocorrências que vierem a prejudicar a regular execução do objeto do presente contrato deverão ser comunicadas, imediatamente, através de ofício, ao (à) gestor de contrato da Comissão de Licitações e Contratos, que tomará as providências cabíveis.

§6º. Antes de comunicar as ocorrências ao (à) gestor de contrato, a Comissão de Licitação poderá comunicar oficialmente ao LOCADOR sobre o problema ocorrido, estabelecendo prazo razoável para resposta.

Findo esse prazo, apresentada ou não a resposta, enviará comunicação ao (à) gestor do contrato.

§7º. Caberá à Comissão de Licitação o acompanhamento e execução do contrato, in loco, e o apontamento das irregularidades verificadas, comunicando as mesmas ao gestor do contrato. O gestor do contrato considerará como execução de forma regular e satisfatória se não houver nenhuma manifestação contrária feita pela mesma.

§8º. Constatando-se que o imóvel não atende a finalidade ou caso haja necessidade de manutenção ou reparos no mesmo, cuja responsabilidade seja do LOCADOR, o(s) gestor (es) de contrato, expedirá (ão) ofício à contratada, comunicando e justificando as razões e ainda notificando-a para que efetue as correções no prazo razoável considerando o tipo de reparo, sendo o mesmo objeto de acordo entre as partes.

CLÁUSULA SÉTIMA- DAS OBRIGAÇÕES DO LOCADOR

Além das naturalmente decorrentes deste instrumento, são obrigações do LOCADOR, durante todo o prazo de vigência contratual:

§1º. Gerais:

I- Responsabilizar-se, total ou parcialmente, direta ou indiretamente, pelos danos causados diretamente ao LOCATÁRIO ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão dolosa ou culposas, não excluindo ou reduzindo tal responsabilidade a fiscalização realizada pelo LOCATÁRIO; II- Manter-se durante toda a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de HABITAÇÃO exigidas por lei;



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 01 DE FEVEREIRO DE 2021

III- Comunicar à fiscalização, de imediato, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique com ou no imóvel;

IV- Prestar todos os esclarecimentos ou informações solicitadas pelos LOCATÁRIOS, ou por seus prepostos, sobre o objeto;

V- Efetuar manutenção e possíveis reparos no imóvel decorrentes de desgaste natural do mesmo, ou quaisquer outros não relacionados ao seu uso devido, visando repor as condições de habitabilidade, no prazo de 10 (dez) dias a contar da data do recebimento da notificação, além de pagar as despesas extraordinárias de condomínio. Caso haja necessidade de dilatação do prazo, este deverá ser requisitado e justificado pelo LOCADOR através de ofício ao gestor do contrato.

§2º Específicas:

I- Entregar ao LOCATÁRIO o imóvel em estado de servir ao uso a que se destina, incluindo a pintura;

II- Garantir ao LOCATÁRIO, durante o tempo de locação, o uso pacífico do imóvel locado;

III- Manter, durante o período da locação, a forma e a destinação do imóvel;

IV- Responder pelos vícios ou defeitos anteriores à locação;

V- Fornecer, num prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da assinatura do contrato, ao LOCATÁRIO, caso este solicite, laudo descritivo do imóvel, onde conste estar o mesmo em condições estruturais para a execução do objeto contratual, bem como a descrição minuciosa do estado em que será entregue o mesmo, através de laudo de vistoria, com expressa referência aos eventuais defeitos existentes;

a- O laudo de vistoria deverá conter fotos de todos os cômodos do imóvel (piso, pintura, instalações elétricas etc.), a fim de demonstrar a condição em que o imóvel foi entregue. Depois de concluído e aprovado, o termo de vistoria inicial passará a ser parte integrante do presente instrumento contratual, sendo a ele anexado ao processo administrativo respectivo.

b- Havendo divergência quanto à descrição constante no laudo de vistoria, o órgão beneficiário do imóvel comunicará, através de ofício dirigido ao (à) gestor (a) de contrato, os pontos do laudo sobre os quais diverge, para que o (a) gestor (a) de contrato, em conjunto com o LOCADOR, realize a conferência no local e proceda às correções necessárias.

c- Em, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias antes do vencimento do prazo de vigência, o LOCADOR deverá elaborar termo de vistoria final provisório e entregá-lo ao (à) gestor de contrato, que o submeterá à aprovação do LOCATÁRIO, verificando as reais condições do imóvel e confrontando com o termo de vistoria inicial.

d- Em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do vencimento do prazo de vigência, o LOCADOR deverá elaborar termo de vistoria final definitivo e entregá-lo ao (à) gestor de contrato que procederá conforme a alínea "c" supra.

VI- Fornecer ao LOCATÁRIO o recibo de aluguel em conformidade com o disposto no parágrafo primeiro da Cláusula Quinta deste contrato.

VII- Pagar os impostos e as taxas, incluindo-se o Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) e suas taxas agregadas, tais como coleta de lixo e combate a incêndio, e ainda o prêmio de seguro complementar contra fogo, que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel;

VIII- Exibir ao LOCATÁRIO, quando solicitado, os comprovantes relativos às parcelas que estejam sendo exigidas;

IX- Permitir ao LOCATÁRIO, ao final da vigência contratual, a retirada das redes elétrica e lógica por ele instaladas para adequação das instalações do imóvel às suas necessidades.

CLÁUSULA OITAVA- DAS OBRIGAÇÕES DO LOCATÁRIO

Além das naturalmente decorrentes do presente contrato, constituem obrigações do LOCATÁRIO:

I- Pagar o valor devido ao LOCADOR no prazo avençado;

II- Acompanhar e fiscalizar o objeto em todas as suas etapas, registrando as ocorrências;

III- Servir-se do imóvel para o uso convencionado, compatível com a natureza deste e com o fim a que se destina, devendo tratá-lo com o mesmo cuidado como se fosse seu;

IV- Restituir o imóvel, finda a locação, no estado em que o recebeu, salvo as deteriorações decorrentes do seu uso normal;

V- Levar imediatamente ao conhecimento do LOCADOR o surgimento de qualquer dano ou defeito cuja reparação a este incumba, bem como as eventuais turbulências de terceiros;

VI- Realizar a imediata reparação dos danos verificados no imóvel, ou nas suas instalações, provocadas por si ou seus dependentes, visitantes ou prepostos. Quanto às benfeitorias necessárias introduzidas pelo LOCATÁRIO, ainda que não autorizadas pelo LOCADOR, e permitirem o exercício do direito de retenção por parte do LOCATÁRIO;

VII- Não modificar a forma interna ou externa do imóvel sem o consentimento prévio e por escrito do LOCADOR;

VIII- Entregar imediatamente ao LOCADOR os documentos de cobrança de tributos e encargos condominiais, bem como qualquer intimação, multa ou exigência de autoridade pública, ainda que dirigida ao próprio LOCATÁRIO;

IX- Pagar as despesas de telefone e de consumo de força, energia elétrica e gás, água e esgoto, e quaisquer outras que vierem a gravar o imóvel durante o prazo de vigência do contrato;

X- Permitir a vistoria do imóvel pelo LOCADOR ou por seu mandatário, mediante combinação prévia de dia e hora, bem como admitir que seja o mesmo visitado e examinado por terceiros, na hipótese prevista no art 27 da Lei 8.245/91.

CLÁUSULA NONA- DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas em lei e, em caso de desapropriação do imóvel ou de sinistro que inviabilize a sua utilização, ficando este pacto automaticamente rescindido - PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGO

Parágrafo Único: Na hipótese de rescisão por culpa do LOCADOR, fica este obrigado ao pagamento de multa referente ao valor de 03 (três) meses de aluguel, e aceitar a permanência do LOCATÁRIO no imóvel por pelo menos 45 (quarenta e cinco) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da dotação orçamentária: 06.00- SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO, DESPORTOS E LAZER-SECTURDES 13.392.2003.2042- Manutenção das diversas atividades culturais do município.

3.3.90.36.01- Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DO FORO

As partes ficam obrigadas a responder pelo cumprimento deste termo, perante o Foro da Comarca de Sumé-Paraíba, não obstante qualquer mudança de domicílio do LOCADOR que, em razão disso, é obrigado a manter um representante com plenos poderes para receber notificação, citação inicial e outras medidas de direito permitidas.

E, por estarem justos e acertados, assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Congo, 02 de Janeiro de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO/ Locatário

ANTÔNIO CARLOS RAMOS DA SILVA/ Locador

CONTRATO Nº 03/2021

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA SEDIAR CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSOCIAL-CAPS, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CONGO E GEORGIA FERNANDES DA SILVA, CONGO-PB - ART. 24, INCISO X, DA LEI FEDERAL Nº. 8.666/93 E LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado, como LOCATÁRIO, o MUNICÍPIO DE CONGO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Senador Rui Carneiro, s/n, Congo- Paraíba, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.870.164/0001-81, neste ato representado por seu Prefeito, ROMUALDO ANTÔNIO QUIRINO DE SOUSA, brasileiro, casado residente e domiciliado na Rua José Lucas Irmão, s/n, Centro, Congo- Paraíba, doravante denominado MUNICÍPIO, e GEORGIA FERNANDES DA SILVA, pessoa física, residente e domiciliada na Rua Pedro Lucas da Silva, centro, Congo-PB, inscrita no CPF sob o nº 265.946.138-47 RG nº 32.166.313-5 SSP/SP, a seguir denominado LOCADOR, que, ao final, este subscreve, têm entre si justo e convencionado o presente contrato, nas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO

Constitui o objeto do contrato formalizado por este instrumento a locação de um imóvel situado a Rua Joaquim Alves Tio, medindo 12x12m, para sediar o CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSOCIAL-CAPS, configurando assim o interesse público pela locação.

CLÁUSULA SEGUNDA

Havendo dúvidas ou divergências em relação ao disposto neste instrumento de contrato e seus anexos, as mesmas serão objeto de acordo entre as partes, prevalecendo o que mais beneficiar o interesse público, haja vista a supremacia deste sobre o interesse privado.

CLÁUSULA TERCEIRA- DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

O prazo de execução do contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do termo de entrega de chaves e a vigência contratual terá início a partir da assinatura do contrato.

Parágrafo único. Os prazos de vigência e de execução poderão ser prorrogados nas hipóteses previstas em lei, até o limite legal permitido, mediante acordo entre as partes.

CLÁUSULA QUARTA- DO PREÇO

O valor do aluguel mensal será de R\$ 500,00 (Quinhentos Reais), totalizando, nos 12 (doze) meses, o valor de R\$ 6.000,00 (Seis Mil Reais).

CLÁUSULA QUINTA- DO PAGAMENTO

O pagamento dar-se-á da seguinte forma:

§1º O LOCADOR deverá expedir, no primeiro dia útil do mês subsequente ao da locação, RECIBO DE ALUGUEL, em nome do MUNICÍPIO DE CONGO, em que conste:

- a) O valor do aluguel de forma numérica e por extenso;
- b) O nome e CPF do LOCADOR;
- c) O CNPJ do Município de Congo (CNPJ/MF sob o nº. 08.870.164/0001-81);
- d) O número do empenho;
- e) O endereço completo do terreno locado;
- f) O período referente ao aluguel;

§2º A apresentação deste documento não exime o LOCADOR da exibição de outros que seja necessário para atestar o regular pagamento dos encargos mobiliários e imobiliários, ou outros a que esteja obrigado, os quais deverão ser providenciados, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da solicitação.

§3º O LOCADOR deverá indicar, por meio de ofício a ser entregue ao gestor de contrato, no prazo de 05 (cinco) dias após a assinatura do contrato, o número de conta bancária aberta em seu nome, o número da agência e o nome da instituição bancária em que serão efetuados os depósitos.



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 01 DE FEVEREIRO DE 2021

CLÁUSULA SEXTA- DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do objeto deste contrato será efetuada pelo (a) gestor do contrato, a ser oportunamente designado (a) pela Comissão de Licitações e Contratos, o (a) qual efetuará a conferência dos valores designados no recibo de aluguel e, estando em conformidade com o contratado, encaminhará à Gerência de Controle de Empenho e Liquidação para que se proceda ao pagamento na forma da Cláusula Quinta.

§1º. Caberá ao (à) gestor do contrato o acompanhamento do cumprimento das obrigações por parte do LOCADOR, conforme descrito na Cláusula Oitava deste contrato.

§2º. No desempenho de suas atividades é assegurado ao órgão fiscalizador o direito de verificar a perfeita execução do presente ajuste em todos os termos e condições.

§3º. A fiscalização por parte do MUNICÍPIO e da Comissão de Licitação não eximirá ou reduzirá, em nenhuma hipótese, as responsabilidades do LOCADOR sobre eventuais faltas que venha a cometer, mesmo que não indicada pela fiscalização.

§4º. Caberá à fiscalização exercer rigoroso controle do cumprimento do contrato, fazendo cumprir a lei e as disposições do presente Contrato.

§5º. Todas as ocorrências que vierem a prejudicar a regular execução do objeto do contrato deverão ser comunicadas, imediatamente, através de ofício, ao gestor de contrato da Comissão de Licitações e Contratos, que tomará as providências cabíveis.

§6º. Antes de comunicar as ocorrências ao (à) gestor do contrato, a Comissão de Licitação poderá comunicar oficialmente ao LOCADOR sobre o problema ocorrido, estabelecendo prazo razoável para resposta.

Findo esse prazo, apresentada ou não a resposta, enviará comunicação ao (à) gestor do contrato.

§7º. Caberá à Comissão de Licitação o acompanhamento e execução do contrato, in loco, e o apontamento das irregularidades verificadas, comunicando as mesmas ao gestor do contrato. O gestor do contrato considerará como execução da forma regular e satisfatória se não houver nenhuma manifestação contrária feita pela mesma.

§8º. Constatando-se que o imóvel não atende a finalidade ou caso haja necessidade de manutenção ou reparos no mesmo, cuja responsabilidade seja do LOCADOR, o(s) gestor (es) do contrato, expedirá (ão) ofício à contratada, comunicando e justificando as razões e ainda notificando-a para que efetue as correções no prazo razoável considerando o tipo de reparo, sendo o mesmo objeto de acordo entre as partes.

CLÁUSULA SÉTIMA- DAS OBRIGAÇÕES DO LOCADOR

Além das naturalmente decorrentes deste instrumento, são obrigações do LOCADOR, durante todo o prazo de vigência contratual:

§1º. Gerais:

I- Responsabilizar-se, total ou parcialmente, direta ou indiretamente, pelos danos causados diretamente ao LOCATÁRIO ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão dolosas ou culposas, não excluindo ou reduzindo tal responsabilidade a fiscalização realizada pelo LOCATÁRIO;

II- Manter-se durante toda a execução do contrato em compatibilidade com as condições assumidas, as condições de HABITAÇÃO exigidas por lei;

III- Comunicar à fiscalização, de imediato, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique com ou no imóvel;

IV- Prestar todos os esclarecimentos ou informações solicitadas pelos LOCATÁRIOS, ou por seus prepostos, sobre o objeto;

V- Efetuar manutenção e possíveis reparos no imóvel decorrentes do desgaste natural do mesmo, ou quaisquer outros não relacionados ao seu uso devido, visando repor as condições de habitabilidade, no prazo de 10 (dez) dias a contar da data do recebimento da notificação, além de pagar as despesas extraordinárias de condomínio. Caso haja necessidade de dilação do prazo, este deverá ser requisitado e justificado pelo LOCADOR através de ofício ao gestor do contrato.

§2º. Específicas:

I- Entregar ao LOCATÁRIO o imóvel em estado de servir ao uso a que se destina, incluindo a pintura;

II- Garantir ao LOCATÁRIO, durante o tempo de locação, o uso pacífico do imóvel locado;

III- Manter, durante o período da locação, a forma e a destinação do imóvel;

IV- Responder pelos vícios ou defeitos anteriores à locação;

V- Fornecer, num prazo máximo de 05(cinco) dias a contar da assinatura do contrato, ao LOCATÁRIO, caso este solicite, laudo descritivo do imóvel, onde conste estar o mesmo em condições estruturais para a execução do objeto contratual, bem como a descrição minuciosa do estado em que será entregue o mesmo, através de laudo de vistoria, com expressa referência aos eventuais defeitos existentes;

a- O laudo de vistoria deverá conter fotos de todos os cômodos do imóvel (piso, pintura, instalações elétricas etc), a fim de demonstrar a condição em que o imóvel foi entregue. Depois de concluído e aprovado, o termo de vistoria inicial passará a ser parte integrante do presente instrumento contratual, sendo a ele anexado ao processo administrativo respectivo.

b- Havendo divergência quanto à descrição constante no laudo de vistoria, o órgão beneficiário do imóvel comunicará, através de ofício dirigido ao (à) gestor (a) de contrato, os pontos do laudo sobre os quais diverge, para que o (a) gestor (a) de contrato, em conjunto com o LOCADOR, realize a conferência no local e proceda às correções necessárias.

c- Em, no mínimo, 120(cento e vinte) dias antes do vencimento do prazo de vigência, o LOCADOR deverá elaborar termo de vistoria final provisório e entregá-lo ao (à) gestor de contrato, que o submeterá à aprovação do LOCATÁRIO, verificando as reais condições do imóvel e confrontando com o termo de vistoria inicial.

d- Em, no mínimo, 30(trinta) dias antes do vencimento d prazo de vigência, o LOCADOR deverá elaborar termo de vistoria final definitivo e entregá-lo ao (à) gestor de contrato que procederá conforme a alínea "c" supra.

VI- Fornecer ao LOCATÁRIO o recibo de aluguel em conformidade com o disposto no parágrafo primeiro da Cláusula Quinta deste contrato.

VII- Pagar os impostos e as taxas, incluindo-se o Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) e suas taxas agregadas, tais como coleta de lixo e combate a incêndio, e ainda o prêmio de seguro complementar contra fogo, que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel;

VIII- Exibir ao LOCATÁRIO, quando solicitado, os comprovantes relativos às parcelas que estejam sendo exigidas;

IX- Permitir ao LOCATÁRIO, ao final da vigência contratual, a retirada das redes elétrica e lógica por ele instaladas para adequação das instalações do imóvel às suas necessidades.

CLÁUSULA OITAVA- DAS OBRIGAÇÕES DO LOCATÁRIO

Além das naturalmente decorrentes do presente contrato, constituem obrigações do LOCATÁRIO:

I- Pagar o valor devido ao LOCADOR no prazo avençado;

II- Acompanhar e fiscalizar o objeto em todas as suas etapas, registrando as ocorrências;

III- Servir-se do imóvel para o uso convencionado, compatível com a natureza deste e com o fim a que se destina, devendo tratá-lo com o mesmo cuidado como se fosse seu.

IV- Restituir o imóvel, finda a locação, no estado em que o recebeu, salvo as deteriorações decorrentes do seu uso normal;

V- Levar imediatamente ao conhecimento do LOCADOR o surgimento de qualquer dano ou defeito cuja reparação a este incumba, bem como as eventuais turbações de terceiros;

VI- Realizar a imediata reparação dos danos verificados no imóvel, ou nas suas instalações, provocadas por si, seus dependentes, visitantes ou prepostos. Quanto às benfeitorias necessárias introduzidas pelo LOCATÁRIO, ainda que não autorizadas pelo LOCADOR e permitem o exercício do direito de retenção por parte do LOCATÁRIO;

VII- Não modificar a forma interna ou externa do imóvel sem o consentimento prévio e por escrito do LOCADOR;

VIII- Entregar imediatamente ao LOCADOR os documentos de cobrança de tributos e encargos condominiais, bem como qualquer intimação, multa ou exigência de autoridade pública, ainda que dirigida ao próprio LOCATÁRIO;

IX- Pagar as despesas de telefone e de consumo de força, energia elétrica e gás, água e esgoto, e quaisquer outras que vierem a gravar o imóvel durante o prazo de vigência do contrato;

X- Permitir a vistoria do imóvel pelo LOCADOR ou por seu mandatário, mediante combinação prévia de dia e hora, bem como admitir que seja o mesmo visitado e examinado por terceiros, na hipótese prevista no art.27 da Lei 8.245/91

CLÁUSULA NONA- DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas em lei e, em caso de desapropriação do imóvel ou de sinistro que inviabilize a sua utilização, ficando este pacto automaticamente rescindido. PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGO.

Parágrafo Único: Na hipótese de rescisão por culpa do LOCADOR, fica este obrigado ao pagamento de multa referente ao valor de 03 (três) meses de aluguel, e aceitar a permanência do LOCATÁRIO no imóvel por pelo menos 45 (quarenta e cinco) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da dotação orçamentária.

06.00- FUNDOS MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.2011.2061- Fundo Municipal de Saúde

3.3.90.36.01- Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DO FORO

As partes ficam obrigadas a responder pelo cumprimento deste termo, perante o Foro da Comarca de Sumé-Paraíba, não obstante qualquer mudança de domicílio do LOCADOR que, em razão disso, é obrigado a manter um representante com plenos poderes para receber notificação, citação inicial e outras medidas de direito permitidas.

E, por estarem justos e acertados, assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Congo, 02 de Janeiro de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO/Locatário
GEORGIA FERNANDES DA SILVA/Locador

CONTRATO Nº 04/2021

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA SEDIAR BOLSA FAMÍLIA, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CONGO E FLORIZA BARBOSA DA SILVA, CONGO-PB - ART. 24, INCISO X, DA LEI FEDERAL Nº. 8.666/93 E LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado, como LOCATÁRIO, o MUNICÍPIO DE CONGO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua: Senador Rui Carneiro, s/n, Congo- Paraíba, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.870.164/0001-81, neste ato representado por seu Prefeito, ROMUALDO ANTÔNIO QUIRINO DE SOUSA, brasileiro, casado residente e domiciliado na Rua José Lucas Irmão, s/n, Centro, Congo- Paraíba, doravante denominado MUNICÍPIO, e FLORIZA Barbosa da Silva, pessoa física, residente e domiciliada na Rua Aderaldo Pereira, centro



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 05 DE JANEIRO 2021

Congo-PB, inscrita no CPF Sob o nº 021.007.334-94 RG nº 2.206.364 SSP/PB, a seguir denominado LOCADOR, que, ao final, este subscrive, têm entre si justo e convencionado o presente contrato, nas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO

Constitui o objeto do contrato formalizado por este instrumento a locação de um imóvel situado a Rua Manoel Firmino da Silva, para funcionar como Sede do Programa Bolsa Família, da Prefeitura Municipal de Congo.

CLÁUSULA SEGUNDA

Havendo dúvidas ou divergências em relação ao disposto neste instrumento de contrato e seus anexos, as mesmas serão objeto de acordo entre as partes, prevalecendo o que mais beneficiar o interesse público, haja vista a supremacia deste sobre o interesse privado.

CLÁUSULA TERCEIRA- DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

O prazo de execução do contrato é de 12(doze) meses, contados a partir da data de assinatura do termo de entrega de chaves e a vigência contratual terá início a partir da assinatura do contrato.

Parágrafo único Os prazos de vigência e de execução poderão ser prorrogados nas hipóteses previstas em lei, até o limite legal permitido, mediante acordo entre as partes.

CLÁUSULA QUARTA- DO PREÇO

O valor do aluguel mensal será de R\$ 500,00(Quinhentos Reais), totalizando, nos 02 (dois) meses, o valor de R\$1.000,00(Mil Reais).

CLÁUSULA QUINTA- DO PAGAMENTO

O pagamento dar-se-á da seguinte forma:

§1º O LOCADOR deverá expedir, no primeiro dia útil do mês subsequente ao da locação, RECIBO DE ALUGUEL, em nome do MUNICÍPIO DE CONGO, em que conste:

- O valor do aluguel de forma numérica e por extenso;
- O nome e CPF do LOCADOR;
- O CNPJ do Município de Congo (CNPJ/MF sob o nº. 08.870.164/0001-81);
- O número do empenho;
- O endereço completo do terreno locado;
- O período referente ao aluguel;

§2º A apresentação deste documento não exime o LOCADOR da exibição de outros que seja necessário para atestar o regular pagamento dos encargos mobiliários e imobiliários, ou outros a que esteja obrigado, os quais deverão ser providenciados, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da solicitação.

§3º O LOCADOR deverá indicar, por meio de ofício a ser entregue ao gestor de contrato, no prazo de 05(cinco) dias após a assinatura do contrato, o número de conta bancária aberta em seu nome, o número da agência e o nome da instituição bancária em que serão efetuados os depósitos.

CLÁUSULA SEXTA- DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do objeto deste contrato será efetuada pelo (a) gestor de contrato, a ser oportunamente designado (a) pela Comissão de Licitações e Contratos, o (a) qual efetuará a conferência dos valores designados no recibo de aluguel e, estando em conformidade com o contratado, encaminhará à Gerência de Controle de Empenho e Liquidação para que se proceda ao pagamento na forma da Cláusula Quinta.

§1º Caberá ao (à) gestor de contrato o acompanhamento do cumprimento das obrigações por parte do LOCADOR, conforme descrito na Cláusula Oitava deste contrato.

§2º No desempenho de suas atividades é assegurado ao órgão fiscalizador o direito de verificar a perfeita execução do presente ajuste em todos os termos e condições.

§3º A fiscalização por parte do MUNICÍPIO e da Comissão de Licitação não eximirá ou reduzirá, em nenhuma hipótese, as responsabilidades do LOCADOR sobre eventuais faltas que venha a cometer, mesmo que não indicadas pela fiscalização.

§4º Caberá a fiscalização exercer rigoroso controle do cumprimento do contrato, fazendo cumprir a lei e as disposições do presente Contrato.

§5º Todas as ocorrências que vierem a prejudicar a regular execução do objeto do presente contrato deverão ser comunicadas, imediatamente, através de ofício, ao (a) gestor de contrato da Comissão de Licitações e Contratos, que tomará as providências cabíveis.

§6º Antes de comunicar as ocorrências ao (à) gestor de contrato, a Comissão de Licitação poderá comunicar oficialmente ao LOCADOR sobre o problema ocorrido, estabelecendo prazo razoável para resposta. Findo este prazo, apresentada ou não a resposta, enviará comunicação ao (a) gestor do contrato.

§7º Caberá à Comissão de Licitação o acompanhamento e execução do contrato, in loco e o apontamento das irregularidades verificadas, comunicando as mesmas ao gestor do contrato. O gestor do contrato considerará como execução da forma regular e satisfatória se não houver nenhuma manifestação contrária feita pela mesma.

§8º. Constatando-se que o imóvel não atende a finalidade ou caso haja necessidade de manutenção ou reparos no mesmo, cuja responsabilidade seja do LOCADOR, o(s) gestor (es) de contrato, expedirá (ão) ofício à contratada, comunicando e justificando as razões e ainda notificando-a para que efetue as correções no prazo razoável considerando o tipo de reparo, sendo o mesmo objeto de acordo entre as partes.

CLÁUSULA SÉTIMA- DAS OBRIGAÇÕES DO LOCADOR

Além das naturalmente decorrentes deste instrumento, são obrigações do LOCADOR, durante todo o prazo de vigência contratual:

§1º Gerais:

I- Responsabilizar-se, total ou parcialmente, direta ou indiretamente, pelos danos causados diretamente ao LOCATÁRIO ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão dolosas ou culposas, não excluindo ou reduzindo tal responsabilidade a fiscalização realizada pelo LOCATÁRIO;

II- Manter-se durante toda a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de HABITAÇÃO exigidas por lei;

III- Comunicar à fiscalização, de imediato, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique com ou no imóvel;

IV- Prestar todos os esclarecimentos ou informações solicitadas pelos LOCATÁRIOS, ou por seus prepostos, sobre o objeto;

V- Efetuar manutenção e possíveis reparos no imóvel decorrentes de desgaste natural do mesmo, ou quaisquer outros não relacionados ao seu uso devido, visando repor as condições de habitabilidade, no prazo de 10 (dez) dias a contar da data do recebimento da notificação, além de pagar as despesas extraordinárias de condomínio. Caso haja necessidade de dilação do prazo, este deverá ser requisitado e justificado pelo LOCADOR através de ofício ao gestor do contrato.

§2º Específicas:

I- Entregar ao LOCATÁRIO o imóvel em estado de servir ao uso a que se destina, incluindo a pintura;

II- Garantir ao LOCATÁRIO, durante o tempo de locação, o uso pacífico do imóvel locado;

III- Manter, durante o período da locação, a forma e a destinação do imóvel;

IV- Responder pelos vícios ou defeitos anteriores à locação.

V- Fornecer, num prazo máximo de 05(cinco) dias a contar da assinatura do contrato, ao LOCATÁRIO, caso este solicite, laudo descritivo do imóvel, onde conste estar o mesmo em condições estruturais para a execução do objeto contratual, bem como a descrição minuciosa do estado em que será entregue o mesmo, através de laudo de vistoria, com expressa referência aos eventuais defeitos existentes.

a- O laudo de vistoria deverá conter fotos de todos os cômodos do imóvel(piso, pintura, instalações elétricas etc.), a fim de demonstrar a condição em que o imóvel foi entregue. Depois de concluído e aprovado, o termo de vistoria inicial passará a ser parte integrante do presente instrumento contratual, sendo a ele anexado ao processo administrativo respectivo.

b- Havendo divergência quanto à descrição constante no laudo de vistoria, o órgão beneficiário do imóvel comunicará, através de ofício dirigido ao (à) gestor (a) de contrato, os pontos do laudo sobre os quais diverge, para que o (a) gestor (a) de contrato, em conjunto com o LOCADOR, realize a conferência no local e proceda às correções necessárias.

c- Em, no mínimo, 120(cento e vinte) dias antes do vencimento do prazo de vigência, o LOCADOR deverá elaborar termo de vistoria final provisório e entregá-lo ao (à) gestor de contrato, que o submeterá à aprovação do LOCATÁRIO, verificando as reais condições do imóvel e confrontando com o termo de vistoria inicial.

d- Em, no mínimo, 30(trinta) dias antes do vencimento do prazo de vigência, o LOCADOR deverá elaborar termo de vistoria final definitivo e entregá-lo ao (à) gestor de contrato que procederá conforme a alínea "c" supra.

VI- Fornecer ao LOCATÁRIO o recibo de aluguel em conformidade com o disposto no parágrafo primeiro da Cláusula Quinta deste contrato.

VII- Pagar os impostos e as taxas, incluindo-se o Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) e suas taxas agregadas, tais como coleta de lixo e combate a incêndio, e ainda o prêmio de seguro complementar contra fogo, que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel;

VIII-Exibir ao LOCATÁRIO, quando solicitado, os comprovantes relativos às parcelas que estejam sendo exigidas;

IX- Permitir ao LOCATÁRIO, ao final da vigência contratual, a retirada das redes elétrica e lógica por ele instaladas para adequação das instalações do imóvel às suas necessidades.

CLÁUSULA OITAVA- DAS OBRIGAÇÕES DO LOCATÁRIO

Além das naturalmente decorrentes do presente contrato, constituem obrigações do LOCATÁRIO:

I- Pagar o valor devido ao LOCADOR no prazo avençado;

II- Acompanhar e fiscalizar o objeto em todas as suas etapas, registrando as ocorrências;

III- Servir-se do imóvel para o uso convencionado, compatível com a natureza deste e com o fim a que se destina, devendo tratá-lo com o mesmo cuidado como se fosse seu.

IV- Restituir o imóvel, finda a locação, no estado em que o recebeu, salvo as deteriorações decorrentes do seu uso normal;

V- Levantar imediatamente ao conhecimento do LOCADOR o surgimento de qualquer dano ou defeito cuja reparação a este incumba, bem como as eventuais turbações de terceiros;



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 01 DE FEVEREIRO DE 2021

VI- Realizar a imediata reparação dos danos verificados no imóvel, ou nas suas instalações, provocadas por si, seus dependentes, visitantes ou prepostos. Quanto às benfeitorias necessárias introduzidas pelo LOCATÁRIO, ainda que não autorizadas pelo LOCADOR e permitem o exercício do direito de retenção por parte do LOCATÁRIO;

VII- Não modificar a forma interna ou externa do imóvel sem o consentimento prévio e por escrito do LOCADOR;

VIII- Entregar imediatamente ao LOCADOR os documentos de cobrança de tributos e encargos condominiais, bem como qualquer intimação, multa ou exigência de autoridade pública, ainda que dirigida ao próprio LOCATÁRIO;

IX- Pagar as despesas de telefone e de consumo de força, energia elétrica e gás, água e esgoto, e quaisquer outras que vierem a gravar o imóvel durante o prazo de vigência do contrato;

X- Permitir a vistoria do imóvel pelo LOCADOR ou por seu mandatário, mediante combinação prévia de dia e hora, bem como admitir que seja o mesmo visitado e examinado por terceiros, na hipótese prevista no art.27 da Lei 8.245/91

CLÁUSULA NONA- DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas em lei e, em caso de desapropriação do imóvel ou de sinistro que inviabilize a sua utilização, ficando este pacto automaticamente rescindido. PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGO.

Parágrafo Único: Na hipótese de rescisão por culpa do LOCADOR, fica este obrigado ao pagamento de multa referente ao valor de 03 (três) meses de aluguel, e aceitar a permanência do LOCATÁRIO no imóvel por pelo menos 45 (quarenta e cinco) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da dotação orçamentária

07.00- SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-SASDE

08.244.2009.2054- Fundo Municipal de Assistência Social

3.3.90.36.01- Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DO FORO

As partes ficam obrigadas a responder pelo cumprimento deste termo, perante o Foro da Comarca de Sumé-Paraíba, não obstante qualquer mudança de domicílio do LOCADOR que, em razão disso, é obrigado a manter um representante com plenos poderes para receber notificação, citação inicial e outras medidas de direito permitidas.

E, por estarem justos e acertados, assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Congo, 02 de Janeiro de 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO/Locatário
FLORIZA BARBOSA DA SILVA/Locador

CONTRATO Nº 05/2021

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA SEDIAR O CONSELHO TUTELAR DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CONGO E FRANCIALINE SALES DE SOUZA FEITOZA, CONGO-PB - ART. 24, INCISO X, DA LEI FEDERAL Nº. 8.666/93 E LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado, como LOCATÁRIO, o MUNICÍPIO DE CONGO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua. Senador Rui Carneiro, s/n, Congo- Paraíba, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.870.164/0001-81, neste ato representado por seu Prefeito, ROMUALDO ANTÔNIO QUIRINO DE SOUSA, brasileiro, casado residente e domiciliado na Rua José Lucas Irmão, s/n, Centro, Congo-Paraíba, doravante denominado MUNICÍPIO, e FRANCIALINE SALES DE SOUZA FEITOZA, pessoa física, residente domiciliado na Rua Ministro José Américo, S/N- Centro, Congo-PB, inscrito no CPF. Sob o nº.068.141.424-30, RG nº 3.158.938 SDS/PB, a seguir denominado LOCADOR, que, ao final, este subscreve, têm entre si justo e convencionado o presente contrato, nas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO

Constitui o objeto do contrato formalizado por este instrumento a locação de um imóvel situado a Rua Ministro José Américo, medindo 6x20m, para sediar Sede do Conselho Tutelar do município de Congo.

CLÁUSULA SEGUNDA

Havendo dúvidas ou divergências em relação ao disposto neste instrumento de contrato e seus anexos, as mesmas serão objeto de acordo entre as partes, prevalecendo o que mais beneficiar o interesse público, haja vista a supremacia deste sobre o interesse privado.

CLÁUSULA TERCEIRA- DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

O prazo de execução do contrato é de 12(doze) meses, contados a partir da data de assinatura do termo de entrega de chaves e a vigência contratual terá início a partir da assinatura do contrato.

Parágrafo único Os prazos de vigência e de execução poderão ser prorrogados nas hipóteses previstas em lei, até o limite legal permitido, mediante acordo entre as partes.

CLÁUSULA QUARTA- DO PREÇO

O valor do aluguel mensal será de R\$ 700,00(Setecentos reais), totalizando, nos 12 (doze) meses, o valor de R\$8.400,00(Oito mil e quatrocentos reais).

CLÁUSULA QUINTA- DO PAGAMENTO

O pagamento dar-se-á da seguinte forma:

§1º O LOCADOR deverá expedir, no primeiro dia útil do mês subsequente ao da locação, RECIBO DE ALUGUEL, em nome do MUNICÍPIO DE CONGO, em que conste:

- m) O valor do aluguel de forma numérica e por extenso;
- n) O nome e CPF do LOCADOR;
- o) O CNPJ do Município de Congo (CNPJ/MF sob o nº. 08.870.164/0001-81);
- p) O número do empenho;
- q) O endereço completo do terreno locado;
- r) O período referente ao aluguel;

§2º. A apresentação deste documento não exime o LOCADOR da exibição de outros que seja necessário para atestar o regular pagamento dos encargos mobiliários e imobiliários, ou outros a que esteja obrigado, os quais deverão ser providenciados, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da solicitação.

§3º. O LOCADOR deverá indicar, por meio de ofício a ser entregue ao gestor de contrato, no prazo de 05(cinco) dias após a assinatura do contrato, o número de conta bancária aberta em seu nome, o número da agência e o nome da instituição bancária em que serão efetuados os depósitos.

CLÁUSULA SEXTA- DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do objeto deste contrato será efetuada pelo (a) gestor de contrato, a ser oportunamente designado (a) pela Comissão de Licitações e Contratos, o (a) qual efetuará a conferência dos valores designados no recibo de aluguel e, estando em conformidade com o contratado, encaminhará à Gerência de Controle de Empenho e Liquidação para que se proceda ao pagamento na forma da Cláusula Quinta.

§1º. Caberá ao (à) gestor de contrato o acompanhamento do cumprimento das obrigações por parte do LOCADOR, conforme descrito na Cláusula Oitava deste contrato.

§2º. No desempenho de suas atividades é assegurado ao órgão fiscalizador o direito de verificar a perfeita execução do presente ajuste em todos os termos e condições.

§3º. A fiscalização por parte do MUNICÍPIO e da Comissão de Licitação não eximirá ou reduzirá, em nenhuma hipótese, as responsabilidades do LOCADOR sobre eventuais faltas que venha a cometer, mesmo que não indicada pela fiscalização.

§4º. Caberá à fiscalização exercer rigoroso controle do cumprimento do contrato, fazendo cumprir a lei e as disposições do presente Contrato.

§5º. Todas as ocorrências que vierem a prejudicar a regular execução do objeto do presente contrato deverão ser comunicadas, imediatamente, através de ofício, ao (à) gestor de contrato da Comissão de Licitações e Contratos, que tomará as providências cabíveis.

§6º. Antes de comunicar as ocorrências ao (à) gestor de contrato, a Comissão de Licitação poderá comunicar oficialmente ao LOCADOR sobre o problema ocorrido, estabelecendo prazo razoável para resposta.

Findo esse prazo, apresentada ou não a resposta, enviará comunicação ao (à) gestor do contrato.

§7º. Caberá à Comissão de Licitação o acompanhamento e execução do contrato, in loco, e o apontamento das irregularidades verificadas, comunicando as mesmas ao gestor do contrato. O gestor do contrato considerará como execução de forma regular e satisfatória se não houver nenhuma manifestação contrária feita pela mesma.

§8º. Constatando-se que o imóvel não atende a finalidade ou caso haja necessidade de manutenção ou reparos no mesmo, cuja responsabilidade seja do LOCADOR, o(s) gestor (es) de contrato, expedirá (ão) ofício à contratada, comunicando e justificando as razões e ainda notificando-a para que efetue as correções no prazo razoável considerando o tipo de reparo, sendo o mesmo objeto de acordo entre as partes.

CLÁUSULA SÉTIMA- DAS OBRIGAÇÕES DO LOCADOR

Além das naturalmente decorrentes deste instrumento, são obrigações do LOCADOR, durante todo o prazo de vigência contratual:

§1º. Gerais:

I- Responsabilizar-se, total ou parcialmente, direta ou indiretamente, pelos danos causados diretamente ao LOCATÁRIO ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão dolosas ou culposas, não excluindo ou reduzindo tal responsabilidade a fiscalização realizada pelo LOCATÁRIO;

II- Manter-se durante toda a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de HABITAÇÃO exigidas por lei;

III- Comunicar à fiscalização, de imediato, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique com ou no imóvel;

IV- Prestar todos os esclarecimentos ou informações solicitadas pelos LOCATÁRIOS, ou por seus prepostos, sobre o objeto;

V- Efetuar manutenção e possíveis reparos no imóvel decorrentes de desgaste natural do mesmo, ou quaisquer outros não relacionados ao seu uso devido, visando repor as condições de habitabilidade, no prazo de 10 (dez) dias a contar da data do recebimento da notificação, além de pagar as despesas extraordinárias de condomínio. Caso haja necessidade de dilação do prazo, este deverá ser requisitado e justificado pelo LOCADOR através de ofício ao gestor do contrato.

§2º Específicas:

I- Entregar ao LOCATÁRIO o imóvel em estado de servir ao uso a que se destina, incluindo a pintura;

II- Garantir ao LOCATÁRIO, durante o tempo de locação, o uso pacífico do imóvel locado;

III- Manter, durante o período da locação, a forma e a destinação do imóvel;

IV- Responder pelos vícios ou defeitos anteriores à locação.

Rua Senador Rui Carneiro, S/N, Centro, Congo, Paraíba CEP: 58.535-000

www.congo.pb.gov.br - (83) 3359.1100



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 01 DE FEVEREIRO DE 2021

V- Fornecer, num prazo máximo de 05(cinco) dias a contar da assinatura do contrato, ao LOCATÁRIO, caso este solicite, laudo descritivo do imóvel, onde conste estar o mesmo em condições estruturais para a execução do objeto contratual, bem como a descrição minuciosa do estado em que será entregue o mesmo, através de laudo de vistoria, com expressa referência aos eventuais defeitos existentes:

a- O laudo de vistoria deverá conter fotos de todos os cômodos do imóvel (piso, pintura, instalações elétrica etc.), a fim de demonstrar a condição em que o imóvel foi entregue. Depois de concluído e aprovado, o termo de vistoria inicial passará a ser parte integrante do presente instrumento contratual, sendo a ele anexado ao processo administrativo respectivo.

b- Havendo divergência quanto à descrição constante no laudo de vistoria, o órgão beneficiário do imóvel comunicará, através de ofício dirigido ao (à) gestor (a) de contrato, os pontos do laudo sobre os quais diverge, para que o (a) gestor (a) de contrato, em conjunto com o LOCADOR, realize a conferência no local e proceda às correções necessárias.

c- Em, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias antes do vencimento do prazo de vigência, o LOCADOR deverá elaborar termo de vistoria final provisório e entregá-lo ao (à) gestor de contrato, que o submeterá à aprovação do LOCATÁRIO, verificando as reais condições do imóvel e confrontando com o termo de vistoria inicial.

Em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do vencimento do prazo de vigência, o LOCADOR deverá elaborar termo de vistoria final definitivo e entregá-lo ao (à) gestor de contrato que procederá conforme a alínea "c" supra.

VI- Fornecer ao LOCATÁRIO o recibo de aluguel em conformidade com o disposto no parágrafo primeiro da Cláusula Quinta deste contrato.

VII- Pagar os impostos e as taxas, incluindo-se o Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) e suas taxas agregadas, tais como coleta de lixo e combate a incêndio, e ainda o prêmio de seguro complementar contra fogo, que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel;

VIII- Exibir ao LOCATÁRIO, quando solicitado, os comprovantes relativos às parcelas que estejam sendo exigidas;

IX- Permitir ao LOCATÁRIO, ao final da vigência contratual, a retirada das redes elétrica e lógica por ele instaladas para adequação das instalações do imóvel às suas necessidades.

CLÁUSULA OITAVA- DAS OBRIGAÇÕES DO LOCATÁRIO

Além das naturalmente decorrentes do presente contrato, constituem obrigações do LOCATÁRIO:

I- Pagar o valor devido ao LOCADOR no prazo avençado;

II- Acompanhar e fiscalizar o objeto em todas as suas etapas, registrando as ocorrências;

III- Servir-se do imóvel para o uso convencionado, compatível com a natureza deste e com o fim a que se destina, devendo tratá-lo com o mesmo cuidado como se fosse seu.

IV- Restituir o imóvel, finda a locação, no estado em que o recebeu, salvo as deteriorações decorrentes do seu uso normal;

V- Levantar imediatamente ao conhecimento do LOCADOR o surgimento de qualquer dano ou defeito cuja reparação a este incumba, bem como as eventuais turbabções de terceiros;

VI- Realizar a imediata reparação dos danos verificados no imóvel, ou nas suas instalações, provocadas por si, seus dependentes, visitantes ou prepostos. Quanto às benfeitorias necessárias introduzidas pelo LOCATÁRIO, ainda que não autorizadas pelo LOCADOR e permitem o exercício do direito de retenção por parte do LOCATÁRIO;

VII- Não modificar a forma interna ou externa do imóvel sem o consentimento prévio e por escrito do LOCADOR;

VIII- Entregar imediatamente ao LOCADOR os documentos de cobrança de tributos e encargos condominiais, bem como qualquer intimação, multa ou exigência de autoridade pública, ainda que dirigida ao próprio LOCATÁRIO;

IX- Pagar as despesas de telefone e de consumo de força, energia elétrica e gás, água e esgoto, e quaisquer outras que vierem a gravar o imóvel durante o prazo de vigência do contrato;

X- Permitir a vistoria do imóvel pelo LOCADOR ou por seu mandatário, mediante combinação prévia de dia e hora, bem como admitir que seja o mesmo visitado e examinado por terceiros, na hipótese prevista no art. 27 da Lei 8.245/91

CLÁUSULA NONA- DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas em lei e, em caso de desapropriação do imóvel ou de sinistro que inviabilize a sua utilização, ficando este pacto automaticamente rescindido. PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGO

Parágrafo Único. Na hipótese de rescisão por culpa do LOCADOR, fica este obrigado ao pagamento de multa referente ao valor de 03 (três) meses de aluguel, e aceitar a permanência do LOCATÁRIO no imóvel por pelo menos 45 (quarenta e cinco) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da dotação orçamentária.

07.00 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO- SASDE

08.244.2009-2054-Fundo Municipal de Assistência Social

3.3.90.36.01- Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Física

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DO FORO

As partes ficam obrigadas a responder pelo cumprimento deste termo, perante o Foro da Comarca de Sumé-Paraíba, não obstante qualquer mudança de domicílio do LOCADOR que, em razão disso, é obrigado a manter um representante com plenos poderes para receber notificação, citação inicial e outras medidas de direito permitidas. E, por estarem justos e acertados, assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Congo, 02 de Janeiro de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO/Locatário

FRANCIALINE SALES DE SOUZA FEITOZA/Locador

CONTRATO Nº 06/2021

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE UM TERRENO PARA SEDIAR ABATEDOURO PÚBLICO MUNICIPAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CONGO E NEUSA JORDÃO NOGUEIRA, CONGO-PB-ART. 24, INCISO X, DA LEI FEDERAL Nº. 8.666/93 E LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado, como LOCATÁRIO, o MUNICÍPIO DE CONGO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua: Senador Rui Carneiro, s/n, Congo- Paraíba, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.870.164/0001-81, neste ato representado por seu Prefeito, ROMUALDO ANTÔNIO QUIRINO DE SOUSA, brasileiro, casado residente e domiciliado na Rua José Lucas Irmão, s/n, Centro, Congo- Paraíba, doravante denominado MUNICÍPIO, e NEUSA JORDÃO, pessoa física, residente domiciliado na Rua Senador Rui Carneiro, Nº38 - Centro, Congo-PB, inscrito no CPF. Sob o nº. 361.627.014-68, RG nº 72792 SSP/PB, a seguir denominado LOCADOR, que, ao final, este subscreve, têm entre si justo e convencionado o presente contrato, nas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO

Constitui objeto do contrato formalizado por este instrumento a locação de um Abatedouro Público Municipal, situado na Rua João de Sousa Lima, s/n- Centro, Congo- PB, com área edificada de 25m de frente por 24m de fundos, para sediar um Matadouro Público Municipal, configurando assim o interesse público pela locação.

CLÁUSULA SEGUNDA- DOS ANEXOS CONTRATUAIS

Fazem parte integrante do presente instrumento de contrato, independentemente de transcrição, os documentos abaixo relacionados, de cujo teor as partes declaram ter pleno conhecimento:

a. Escritura de Compra e Venda

§1º. Os documentos mencionados nesta cláusula serão considerados suficientes para, em conjunto com este instrumento de contrato, definir seu objeto e a sua perfeita execução.

§2º. A partir da assinatura do presente termo, a ele passam a se vincular todas as atas de reuniões e/ou termos aditivos que vierem a ser realizados e quem importem em alterações de qualquer condição contratual, desde que devidamente assinados pelos representantes legais das partes. PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO

§3º. Havendo dúvidas ou divergências em relação ao disposto neste instrumento de contrato e seus anexos, as mesmas serão objeto de acordo entre as partes, prevalecendo o que mais beneficiar ao interesse público, haja vista a supremacia deste sobre o interesse privado.

CLÁUSULA TERCEIRA- DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

O prazo de execução do contrato é de 12(doze) meses, contados a partir da data de assinatura do termo de entrega de chaves e a vigência contratual terá início a partir da assinatura do contrato.

Parágrafo único. Os prazos de vigência e de execução poderão ser prorrogados nas hipóteses previstas em lei, até o limite legal permitido, mediante acordo entre as partes.

CLÁUSULA QUARTA- DO PREÇO

O valor do aluguel mensal será de R\$ 600,00 (Seiscentos Reais), totalizando, nos 12 (doze) meses, o valor de R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais).

CLÁUSULA QUINTA- DO PAGAMENTO

O pagamento dar-se-á da seguinte forma:

§1º O LOCADOR deverá expedir, no primeiro dia útil do mês subsequente ao da locação, RECIBO DE ALUGUEL, em nome do MUNICÍPIO DE CONGO, em que conste:

a) O valor do aluguel de forma numérica e por extenso;

b) O nome e CPF do LOCADOR;

c) O CNPJ do Município de Congo (CNPJ/MF sob o nº. 08.870.164/0001-81);

d) O número do empenho;

e) O endereço completo do terreno locado;

f) O período referente ao aluguel;

§2º A apresentação deste documento não exime o LOCADOR da exibição de outros que seja necessário para atestar o regular pagamento dos encargos mobiliários e imobiliários, ou outros a que esteja obrigado, os quais deverão ser providenciados, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da solicitação.

§3º O LOCADOR deverá indicar, por meio de ofício a ser entregue ao gestor de contrato, no prazo de 05(cinco) dias após a assinatura do contrato, o número de conta bancária aberta em seu nome, o número da agência e o nome da instituição bancária em que serão efetuados os depósitos.

CLÁUSULA SEXTA- DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do objeto deste contrato será efetuada pelo (a) gestor de contrato, a ser oportunamente designado (a) pela Comissão de Licitações e Contratos, o (a) qual efetuará a conferência dos valores designados no recibo de aluguel e estando em conformidade com o contratado, encaminhará a Gerência de Controle de Empenho e



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 01 DE FEVEREIRO DE 2021

Liquidação para que se proceda ao pagamento na forma da Cláusula Quinta.
§1º. Caberá ao (à) gestor de contrato o acompanhamento do cumprimento das obrigações por parte do LOCADOR, conforme descrito na Cláusula Oitava deste contrato.

§2º. No desempenho de suas atividades é assegurado ao órgão fiscalizador o direito de verificar a perfeita execução do presente ajuste em todos os termos e condições.

§3º. A fiscalização por parte do MUNICÍPIO e da Comissão de Licitação não eximirá ou reduzirá, em nenhuma hipótese, as responsabilidades do LOCADOR sobre eventuais faltas que venha a cometer, mesmo que não indicada pela fiscalização.

§4º. Caberá à fiscalização exercer rigoroso controle do cumprimento do contrato, fazendo cumprir a lei e as disposições do presente Contrato.

§5º. Todas as ocorrências que vierem a prejudicar a regular execução do objeto do presente contrato deverão ser comunicadas, imediatamente, através de ofício, ao (à) gestor de contrato da Comissão de Licitações e Contratos, que tomará as providências cabíveis.

§6º. Antes de comunicar as ocorrências ao (à) gestor de contrato, a Comissão de Licitação poderá comunicar oficialmente ao LOCADOR sobre o problema ocorrido, estabelecendo prazo razoável para resposta.

Quando esse prazo, apresentada ou não a resposta, enviará comunicação ao (à) gestor do contrato.

§7º. Caberá à Comissão de Licitação o acompanhamento e execução do contrato, in loco, e o apontamento das irregularidades verificadas, comunicando as mesmas ao gestor do contrato. O gestor do contrato considerará como execução de forma regular e satisfatória se não houver nenhuma manifestação contrária feita pela mesma.

§8º. Constatando-se que o imóvel não atende a finalidade ou caso haja necessidade de manutenção ou reparos no mesmo, cuja responsabilidade seja do LOCADOR, o(s) gestor (es) de contrato, expedirá (ão) ofício à contratada, comunicando e justificando as razões e ainda notificando-a para que efetue as correções no prazo razoável considerando o tipo de reparo, sendo o mesmo objeto de acordo entre as partes.

CLÁUSULA SÉTIMA- DAS OBRIGAÇÕES DO LOCADOR

Além das naturalmente decorrentes deste instrumento, são obrigações do LOCADOR, durante todo o prazo de vigência contratual:

§1º. Gerais:

I- Responsabilizar-se, total ou parcialmente, direta ou indiretamente, pelos danos causados diretamente ao LOCATÁRIO ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão dolosas ou culposas, não excluindo ou reduzindo tal responsabilidade a fiscalização realizada pelo LOCATÁRIO;

II- Manter-se durante toda a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de HABITAÇÃO exigidas por lei;

III- Comunicar à fiscalização, de imediato, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique com ou no imóvel;

IV- Prestar todos os esclarecimentos ou informações solicitadas pelos LOCATÁRIOS, ou por seus prepostos, sobre o objeto;

V- Efetuar manutenção e possíveis reparos no imóvel decorrentes de desgaste natural do mesmo, ou quaisquer outros não relacionados ao seu uso devido, visando repor as condições de habitabilidade, no prazo de 10 (dez) dias a contar da data do recebimento da notificação, além de pagar as despesas extraordinárias de condomínio. Caso haja necessidade de dilação do prazo, este deverá ser requisitado e justificado pelo LOCADOR através de ofício ao gestor do contrato.

§2º. Específicas:

I- Entregar ao LOCATÁRIO o imóvel em estado de servir ao uso a que se destina, incluindo a pintura;

II- Garantir ao LOCATÁRIO, durante o tempo de locação, o uso pacífico do imóvel locado;

III- Manter, durante o período da locação, a forma e a destinação do imóvel;

IV- Responder pelos vícios ou defeitos anteriores à locação.

V- Fornecer, num prazo máximo de 05(cinco) dias a contar da assinatura do contrato, ao LOCATÁRIO, caso este solicite, laudo descritivo do imóvel, onde conste estar o mesmo em condições estruturais para a execução do objeto contratual, bem como a descrição minuciosa do estado em que será entregue o mesmo, através de laudo de vistoria, com expressa referência aos eventuais defeitos existentes.

a- O laudo de vistoria deverá conter fotos de todos os cômodos do imóvel (pisos, pintura, instalações elétricas etc.), a fim de demonstrar a condição em que o imóvel foi entregue. Depois de concluído e aprovado, o termo de vistoria inicial passará a ser parte integrante do presente instrumento contratual, sendo a ele anexado ao processo administrativo respectivo.

b- Havendo divergência quanto à descrição constante no laudo de vistoria, o órgão beneficiário do imóvel comunicará, através de ofício dirigido ao (à) gestor (a) de contrato, os pontos do laudo sobre os quais diverge, para que o (a) gestor (a) de contrato, em conjunto com o LOCADOR, realize a conferência no local e proceda as correções necessárias.

c- Em, no mínimo, 120(cento e vinte) dias antes do vencimento do prazo de vigência, o LOCADOR deverá elaborar termo de vistoria final provisório e entregá-lo ao (à) gestor de contrato, que o submeterá à aprovação do LOCATÁRIO, verificando as reais condições do imóvel e confrontando com o termo de vistoria inicial.

d- Em, no mínimo, 30(trinta) dias antes do vencimento do prazo de vigência, o LOCADOR deverá elaborar termo de vistoria final definitivo e entregá-lo ao (à) gestor de contrato que procederá conforme a alínea "c" supra.

VI- Fornecer ao LOCATÁRIO o recibo de aluguel em conformidade com o disposto no parágrafo primeiro da Cláusula Quinta deste contrato.

VII- Pagar os impostos e as taxas, incluindo-se o Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) e suas taxas agregadas, tais como coleta de lixo e combate a incêndio, e ainda o prêmio de seguro complementar contra fogo, que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel.

VIII- Exibir ao LOCATÁRIO, quando solicitado, os comprovantes relativos às parcelas que estejam sendo exigidas;

IX- Permitir ao LOCATÁRIO, ao final da vigência contratual, a retirada das redes elétrica e lógica por ele instaladas para adequação das instalações do imóvel às suas necessidades.

CLÁUSULA OITAVA- DAS OBRIGAÇÕES DO LOCATÁRIO

Além das naturalmente decorrentes do presente contrato, constituem obrigações do LOCATÁRIO:

I- Pagar o valor devido ao LOCADOR no prazo avençado;

II- Acompanhar e fiscalizar o objeto em todas as suas etapas, registrando as ocorrências;

III- Servir-se do imóvel para o uso convencionado, compatível com a natureza deste e com o fim a que se destina, devendo tratá-lo com o mesmo cuidado como se fosse seu.

IV- Restituir o imóvel, finda a locação, no estado em que o recebeu, salvo as deteriorações decorrentes do seu uso normal;

V- Levantar imediatamente ao conhecimento do LOCADOR o surgimento de qualquer dano ou defeito cuja reparação a este incumba, bem como as eventuais turbações de terceiros;

VI- Realizar a imediata reparação dos danos verificados no imóvel, ou nas suas instalações, provocadas por si, seus dependentes, visitantes ou prepostos. Quanto às benfeitorias necessárias introduzidas pelo LOCATÁRIO, ainda que não autorizadas pelo LOCADOR e permitem o exercício do direito de retenção por parte do LOCATÁRIO;

VII- Não modificar a forma interna ou externa do imóvel sem o consentimento prévio e por escrito do LOCADOR;

VIII- Entregar imediatamente ao LOCADOR os documentos de cobrança de tributos e encargos condominiais, bem como qualquer intimação, multa ou exigência de autoridade pública, ainda que dirigida ao próprio LOCATÁRIO;

IX- Pagar as despesas de telefone e de consumo de força, energia elétrica e gás, água e esgoto, e quaisquer outras que vierem a gravar o imóvel durante o prazo de vigência do contrato;

X- Permitir a vistoria do imóvel pelo LOCADOR ou por seu mandatário, mediante combinação prévia de dia e hora, bem como admitir que seja o mesmo visitado e examinado por terceiros, na hipótese prevista no art 27 da Lei 8.245/91

CLÁUSULA NONA- DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas em lei e, em caso de desapropriação do imóvel ou de sinistro que inviabilize a sua utilização, ficando este pacto automaticamente rescindido. PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGO.

Parágrafo Único: Na hipótese de rescisão por culpa do LOCADOR, fica este obrigado ao pagamento de multa referente ao valor de 03 (três) meses de aluguel, e aceitar a permanência do LOCATÁRIO no imóvel por pelo menos 45 (quarenta e cinco) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da dotação orçamentária.

04.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA ABASTECIMENTO E PESCA- SAAPA

20.606.1002.2013- Manutenção das Atividades do Setor Agrícola

3.3.90.36.01- Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Física

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DO FORO

As partes ficam obrigadas a responder pelo cumprimento deste termo, perante o Foro da Comarca de Sumé-Paraíba, não obstante qualquer mudança de domicílio do LOCADOR que, em razão disso, é obrigado a manter um representante com plenos poderes para receber notificação, citação inicial e outras medidas de direito permitidas.

E, por estarem justos e acertados, assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Congo, 02 de Janeiro de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO/Locatário

NEUSA JORDÃO NOGUEIRA/Locador

CONTRATO Nº 07/2021

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA SEDIAR CENTRO DE PROFISSIONALIZAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CONGO E ADENILDO GOMES DE FARIAS, CONGO-PB - ART. 24, INCISO X, DA LEI FEDERAL Nº. 8.666/93 E LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado, como LOCATÁRIO, o MUNICÍPIO DE CONGO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua: Senador Rui Carneiro, s/n, Congo- Paraíba, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.870.164/0001-81, neste ato representado por seu Prefeito, ROMUALDO ANTÔNIO QUIRINO DE SOUSA, brasileiro, casado residente e domiciliado na Rua Jose Lucas Irmão, s/n, Centro, Congo- Paraíba, doravante denominado MUNICÍPIO, e ADENILDO GOMES DE FARIAS, pessoa física, residente domiciliado na Rua Ministro José Américo, Nº.534- Centro, Congo-PB, inscrito no CPF. Sob o nº 978.303.304-25 e RG nº



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 01 DE FEVEREIRO DE 2021

1.530.222 SSP/PB, a seguir denominado LOCADOR, que, ao final, este subscreve, têm entre si justo e convencionalizado o presente contrato, nas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO

Constitui o objeto do contrato formalizado por este instrumento a locação de um imóvel situado a Rua Vicente José Bezerra, s/n, com área edificada de 12m de frente por 30m de fundos, totalizando 360m, para sediar o Centro de Profissionalização da Indústria Têxtil da Prefeitura Municipal de Congo.

CLÁUSULA SEGUNDA

Havendo dúvidas ou divergências em relação ao disposto neste instrumento de contrato e seus anexos, as mesmas serão objeto de acordo entre as partes, prevalecendo o que mais beneficiar o interesse público, haja vista a supremacia deste sobre o interesse privado.

CLÁUSULA TERCEIRA- DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

O prazo de execução do contrato é de 12(doze) meses, contados a partir da data de assinatura do termo de entrega de chaves e a vigência contratual terá início a partir da assinatura do contrato.

Parágrafo único. Os prazos de vigência e de execução poderão ser prorrogados nas hipóteses previstas em lei, até o limite legal permitido, mediante acordo entre as partes.

CLÁUSULA QUARTA- DO PREÇO

O valor do aluguel mensal será de R\$ 900,00(novecentos reais), totalizando, nos 12 (doze) meses, o valor de R\$10.800,00(dez mil e oitocentos reais).

CLÁUSULA QUINTA- DO PAGAMENTO

O pagamento dar-se-á da seguinte forma:

§1º O LOCADOR deverá expedir, no primeiro dia útil do mês subsequente ao da locação, RECIBO DE ALUGUEL, em nome do MUNICÍPIO DE CONGO, em que conste:

- O valor do aluguel de forma numérica e por extenso;
- O nome e CPF do LOCADOR;
- O CNPJ do Município de Congo (CNPJ/MF sob o nº. 08.870.164/0001-81);
- O número do empenho;
- O endereço completo do terreno locado;
- O período referente ao aluguel;

§2º. A apresentação deste documento não exime o LOCADOR da exibição de outros que seja necessário para atestar o regular pagamento dos encargos mobiliários e imobiliários, ou outros a que esteja obrigado, os quais deverão ser providenciados, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da solicitação.

§3º. O LOCADOR deverá indicar, por meio de ofício a ser entregue ao gestor de contrato, no prazo de 05(cinco) dias após a assinatura do contrato, o número de conta bancária aberta em seu nome, o número da agência e o nome da instituição bancária em que serão efetuados os depósitos.

CLÁUSULA SEXTA- DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do objeto deste contrato será efetuada pelo (a) gestor de contrato, a ser oportunamente designado (a) pela Comissão de Licitações e Contratos, o (a) qual efetuará a conferência dos valores designados no recibo de aluguel e, estando em conformidade com o contratado, encaminhará à Gerência de Controle de Empenho e Liquidação para que se proceda ao pagamento na forma da Cláusula Quinta.

§1º. Caberá ao (à) gestor de contrato o acompanhamento do cumprimento das obrigações por parte do LOCADOR, conforme descrito na Cláusula Oitava deste contrato.

§2º. No desempenho de suas atividades é assegurado ao órgão fiscalizador o direito de verificar a perfeita execução do presente ajuste em todos os termos e condições.

§3º. A fiscalização por parte do MUNICÍPIO e da Comissão de Licitação não eximirá ou reduzirá, em nenhuma hipótese, as responsabilidades do LOCADOR sobre eventuais faltas que venha a cometer, mesmo que não indicada pela fiscalização.

§4º. Caberá à fiscalização exercer rigoroso controle do cumprimento do contrato, fazendo cumprir a lei e as disposições do presente Contrato.

§5º. Todas as ocorrências que vierem a prejudicar a regular execução do objeto do presente contrato deverão ser comunicadas, imediatamente, através de ofício, ao (à) gestor de contrato da Comissão de Licitações e Contratos, que tomará as providências cabíveis.

§6º. Antes de comunicar as ocorrências ao (à) gestor de

Comunicar oficialmente ao LOCADOR sobre o problema ocorrido, estabelecendo prazo razoável para resposta.

Findo esse prazo, apresentada ou não a resposta, enviará comunicação ao (à) gestor do contrato.

§7º. Caberá à Comissão de Licitação o acompanhamento e execução do contrato, in loco, e o apontamento das irregularidades verificadas, comunicando as mesmas ao gestor do contrato. O gestor do contrato considerará como execução de forma regular e satisfatória se não houver nenhuma manifestação contrária feita pela mesma.

§8º. Constatando-se que o imóvel não atende a finalidade ou caso haja necessidade de manutenção ou reparos no mesmo, cuja responsabilidade seja do LOCADOR, o(s) gestor (es) de contrato, expedirá (ão) ofício à contratada, comunicando e justificando as razões e ainda notificando-a para que efetue as correções no prazo razoável considerando o tipo de reparo, sendo o mesmo objeto de acordo entre as partes.

CLÁUSULA SÉTIMA- DAS OBRIGAÇÕES DO LOCADOR

Além das naturalmente decorrentes deste instrumento, são obrigações do LOCADOR, durante todo o prazo de vigência contratual:

§1º. Gerais:

I- Responsabilizar-se, total ou parcialmente, direta ou indiretamente, pelos danos causados diretamente ao LOCATÁRIO ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão dolosas ou culposas, não excluindo ou reduzindo tal responsabilidade a fiscalização realizada pelo LOCATÁRIO;

II- Manter-se durante toda a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de HABITAÇÃO exigidas por lei;

III- Comunicar à fiscalização, de imediato, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique com ou no imóvel;

IV- Prestar todos os esclarecimentos ou informações solicitadas pelos LOCATÁRIOS, ou por seus prepostos, sobre o objeto;

V- Efetuar manutenção e possíveis reparos no imóvel decorrentes de desgaste natural do mesmo, ou quaisquer outros não relacionados ao seu uso devido, visando repor as condições de habitabilidade, no prazo de 10 (dez) dias a contar da data do recebimento da notificação, além de pagar as despesas extraordinárias de condomínio. Caso haja necessidade de dilação do prazo, este deverá ser requisitado e justificado pelo LOCADOR através de ofício ao gestor do contrato.

§2º Específicas:

I- Entregar ao LOCATÁRIO o imóvel em estado de servir ao uso a que se destina, incluindo a pintura;

II- Garantir ao LOCATÁRIO, durante o tempo de locação, o uso pacífico do imóvel locado;

III- Manter, durante o período da locação, a forma e a destinação do imóvel;

IV- Responder pelos vícios ou defeitos anteriores à locação.

V- Fornecer, num prazo máximo de 05(cinco) dias a contar da assinatura do contrato, ao LOCATÁRIO, caso este solicite, laudo descritivo do imóvel, onde conste estar o mesmo em condições estruturais para a execução do objeto contratual, bem como a descrição minuciosa do estado em que será entregue o mesmo, através de laudo de vistoria, com expressa referência aos eventuais defeitos existentes:

a- O laudo de vistoria deverá conter fotos de todos os cômodos do imóvel(piso, pintura, instalações elétrica etc.), a fim de demonstrar a condição em que o imóvel foi entregue. Depois de concluído e aprovado, o termo de vistoria inicial passará a ser parte integrante do presente instrumento contratual, sendo a ele anexado ao processo administrativo respectivo.

- Havendo divergência quanto à descrição constante no laudo de vistoria, o órgão beneficiário do imóvel comunicará, através de ofício dirigido ao (à) gestor (a) de contrato, os pontos do laudo sobre os quais diverge, para que o (a) gestor (a) de contrato, em conjunto com o LOCADOR, realize a conferência no local e proceda às correções necessárias.

c- Em, no mínimo, 120(cento e vinte) dias antes do vencimento do prazo de vigência, o LOCADOR deverá elaborar termo de vistoria final provisório e entregá-lo ao (à) gestor de contrato, que o submeterá à aprovação do LOCATÁRIO, verificando as reais condições do imóvel e confrontando com o termo de vistoria inicial.

d- Em, no mínimo, 30(trinta) dias antes do vencimento d prazo de vigência, o LOCADOR deverá elaborar termo de vistoria final definitivo e entregá-lo ao (à) gestor de contrato que procederá conforme a alínea "c".

VI- Fornecer ao LOCATÁRIO o recibo de aluguel em conformidade com o disposto no parágrafo primeiro da Cláusula Quinta deste contrato.

VII- Pagar os impostos e as taxas, incluindo-se o Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) e suas taxas agregadas, tais como coleta de lixo e combate a incêndio, e ainda o prêmio de seguro complementar contra fogo, que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel;

VIII-Exibir ao LOCATÁRIO, quando solicitado, os comprovantes relativos às parcelas que estejam sendo exigidas;

IX- Permitir ao LOCATÁRIO, ao final da vigência contratual, a retirada das redes elétrica e lógica por ele instaladas para adequação das instalações do imóvel às suas necessidades.

CLÁUSULA OITAVA- DAS OBRIGAÇÕES DO LOCATÁRIO

Além das naturalmente decorrentes do presente contrato, constituem obrigações do LOCATÁRIO:

I- Pagar o valor devido ao LOCADOR no prazo avençado;

II- Acompanhar e fiscalizar o objeto em todas as suas etapas, registrando as ocorrências

III- Servir-se do imóvel para o uso convencionalizado, compatível com a natureza deste e com o fim a que se destina, devendo tratá-lo com o mesmo cuidado como se fosse seu.

IV- Restituir o imóvel, finda a locação, no estado em que o recebeu, salvo as deteriorações



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 05 DE JANEIRO 2021

V- Levantar imediatamente ao conhecimento do LOCADOR o surgimento de qualquer dano ou defeito cuja reparação a este incumba, bem como as eventuais turbações de terceiros;

VI- Realizar a imediata reparação dos danos verificados no imóvel, ou nas suas instalações, provocadas por si, seus dependentes, visitantes ou prepostos. Quanto às benfeitorias necessárias introduzidas pelo LOCATÁRIO, ainda que não autorizadas pelo LOCADOR e permitam o exercício do direito de retenção por parte do LOCATÁRIO;

VII- Não modificar a forma interna ou externa do imóvel sem o consentimento prévio e por escrito do LOCADOR;

VIII- Entregar imediatamente ao LOCADOR os documentos de cobrança de tributos e encargos condominiais, bem como qualquer intimação, multa ou exigência de autoridade pública, ainda que dirigida ao próprio LOCATÁRIO;

IX- Pagar as despesas de telefone e de consumo de força, energia elétrica e gás, água e esgoto, e quaisquer outras que vierem a gravar o imóvel durante o prazo de vigência do contrato;

X- Permitir a vistoria do imóvel pelo LOCADOR ou por seu mandatário, mediante combinação prévia de dia e hora, bem como admitir que seja o mesmo visitado e examinado por terceiros, na hipótese prevista no art. 27 da Lei 8.245/91

CLÁUSULA NONA- DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas em lei e, em caso de desapropriação do imóvel ou de sinistro que inviabilize a sua utilização, ficando este pacto automaticamente rescindido. PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGO.

Parágrafo Único: Na hipótese de rescisão por culpa do LOCADOR, fica este obrigado ao pagamento de multa referente ao valor de 03 (três) meses de aluguel, e aceitar a permanência do LOCATÁRIO no imóvel por pelo menos 45 (quarenta e cinco) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da dotação orçamentária

07.00 -SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO- SASDE

06.244.2009.2054- Fundo Municipal de Assistência Social

3.3.90.36.01- Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Física

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DO FORO

As partes ficam obrigadas a responder pelo cumprimento deste termo, perante o Foro da Comarca de Sumé-Paraíba, não obstante qualquer mudança de domicílio do LOCADOR que, em razão disso, é obrigado a manter um representante com plenos poderes para receber notificação, citação inicial e outras medidas de direito permitidas.

E, por estarem justos e acertados, assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Congo, 02 de Janeiro de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO/LOCATÁRIO

ADENILDO GOMES DE FARIAS/LOCADOR

CONTRATO Nº 08/2021

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA SEDIAR SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA-SEINFRA, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CONGO E MARIA EDILENE DE QUEIRÓS FARIAS, CONGO-PB - ART. 24, INCISO X, DA LEI FEDERAL Nº. 8.666/93 E LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado, como LOCATÁRIO, o MUNICÍPIO DE CONGO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Senador Rui Carneiro, s/n, Congo- Paraíba, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.870.164/0001-81, neste ato representado por seu Prefeito, ROMUALDO ANTÔNIO QUIRINO DE SOUSA, brasileiro, casado residente e domiciliado na Rua José Lucas Imão, s/n, Centro, Congo- Paraíba, doravante denominado MUNICÍPIO, e MARIA EDILENE DE QUEIRÓS FARIAS, pessoa física, residente e domiciliada na Rua Senador Rui Carneiro, centro, Congo-PB, inscrita no CPF sob o nº 675.356.404-78 RG nº 34.494.158 SSP/SP, a seguir denominada LOCADOR, que, ao final este subscreve, têm entre si justo e conveniado o presente contrato, nas seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO

Constitui o objeto do contrato formalizado por este instrumento a locação de um imóvel situado a Rua Deputado Álvaro Gaudêncio, nº10, para sediar Secretaria Municipal de Infraestrutura- SEINFRA. Configurando assim, o interesse público pela locação.

CLÁUSULA SEGUNDA

Havendo dúvidas ou divergências em relação ao disposto neste instrumento de contrato e seus anexos, as mesmas serão objeto de

acordo entre as partes, prevalecendo o que mais beneficiar o interesse público, haja vista a supremacia deste sobre o interesse privado.

CLÁUSULA TERCEIRA- DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

O prazo de execução do contrato é de 12(doze) meses, contados a partir da data de assinatura do termo de entrega de chaves e a vigência contratual terá início a partir da assinatura do contrato.

Parágrafo único. Os prazos de vigência e de execução poderão ser prorrogados nas hipóteses previstas em lei, até o limite legal permitido, mediante acordo entre as partes.

CLÁUSULA QUARTA- DO PREÇO

O valor do aluguel mensal será de R\$ 800,00(Oitocentos Reais), totalizando, nos 12 (doze) meses, o valor de R\$9.600,00(Nove Mil e Seiscentos Reais).

CLÁUSULA QUINTA- DO PAGAMENTO

O pagamento dar-se-á da seguinte forma:

§1º O LOCADOR deverá expedir, no primeiro dia útil do mês subsequente ao da locação, RECIBO DE ALUGUEL, em nome do MUNICÍPIO DE CONGO, em que conste:

- O valor do aluguel de forma numérica e por extenso;
- O nome e CPF do LOCADOR;
- O CNPJ do Município de Congo (CNPJ/MF sob o nº. 08.870.164/0001-81);
- O número do empenho;
- O endereço completo do terreno locado;
- O período referente ao aluguel;

§2º. A apresentação deste documento não exime o LOCADOR da exibição de outros que seja necessário para atestar o regular pagamento dos encargos mobiliários e imobiliários, ou outros a que esteja obrigado, os quais deverão ser providenciados, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da solicitação.

§3º. O LOCADOR deverá indicar, por meio de ofício a ser entregue ao gestor de contrato, no prazo de 05(cinco) dias após a assinatura do contrato, o número de conta bancária aberta em seu nome, o número da agência e o nome da instituição bancária em que serão efetuados os depósitos.

CLÁUSULA SEXTA- DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do objeto deste contrato será efetuada pelo (a) gestor de contrato, a ser oportunamente designado (a) pela Comissão de Licitações e Contratos, o (a) qual efetuará a conferência dos valores designados no recibo de aluguel e, estando em conformidade com o contratado, encaminhará à Gerência de Controle de Empenho e Liquidação para que se proceda ao pagamento na forma da Cláusula Quinta.

§1º. Caberá ao (à) gestor de contrato o acompanhamento do cumprimento das obrigações por parte do LOCADOR, conforme descrito na Cláusula Oitava deste contrato.

§2º. No desempenho de suas atividades é assegurado ao órgão fiscalizador o direito de verificar a perfeita execução do presente ajuste em todos os termos e condições.

§3º. A fiscalização por parte do MUNICÍPIO e da Comissão de Licitação não eximirá ou reduzirá, em nenhuma hipótese, as responsabilidades do LOCADOR sobre eventuais faltas que venha a cometer, mesmo que não indicada pela fiscalização.

§4º. Caberá à fiscalização exercer rigoroso controle do cumprimento do contrato, fazendo cumprir a lei e as disposições do presente Contrato.

§5º. Todas as ocorrências que vierem a prejudicar a regular execução do objeto do presente contrato deverão ser comunicadas, imediatamente, através de ofício, ao (à) gestor de contrato da Comissão de Licitações e Contratos, que tomará as providências cabíveis.

§6º. Antes de comunicar as ocorrências ao (à) gestor de contrato, a Comissão de Licitação poderá comunicar oficialmente ao LOCADOR sobre o problema ocorrido, estabelecendo prazo razoável para resposta.

Findo esse prazo, apresentada ou não a resposta, enviará comunicação ao (à) gestor do contrato.

§7º. Caberá à Comissão de Licitação o acompanhamento e execução do contrato, in loco, e o apontamento das irregularidades verificadas, comunicando as mesmas ao gestor do contrato. O gestor do contrato considerará como execução de forma regular e satisfatória se não houver nenhuma manifestação contrária feita pela mesma.

§8º. Constatando-se que o imóvel não atende a finalidade ou caso haja necessidade de manutenção ou reparos no mesmo, cuja responsabilidade seja do LOCADOR, o(s) gestor (es) de contrato, expedirá (ão) ofício à contratada, comunicando e justificando as razões e ainda notificando-a para que efetue as correções no prazo razoável considerando o tipo de reparo, sendo o mesmo objeto de acordo entre as partes.

CLÁUSULA SÉTIMA- DAS OBRIGAÇÕES DO LOCADOR

Além das naturalmente decorrentes deste instrumento, são obrigações do



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 05 DE JANEIRO 2021

LOCADOR, durante todo o prazo de vigência contratual:

§1º. Gerais:

I- Responsabilizar-se, total ou parcialmente, direta ou indiretamente, pelos danos causados diretamente ao LOCATÁRIO ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão dolosas ou culposas, não excluindo ou reduzindo tal responsabilidade a fiscalização realizada pelo LOCATÁRIO;

II- Manter-se durante toda a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de HABITAÇÃO exigidas por lei;

III- Comunicar à fiscalização, de imediato, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique com ou no imóvel;

IV- Prestar todos os esclarecimentos ou informações solicitadas pelos LOCATÁRIOS, ou por seus prepostos, sobre o objeto;

V- Efetuar manutenção e possíveis reparos no imóvel decorrentes de desgaste natural do mesmo, ou quaisquer outros

relacionados ao seu uso devido, visando repor as condições de habitabilidade, no prazo de 10 (dez) dias a contar da data do recebimento da notificação, além de pagar as despesas extraordinárias de condomínio. Caso haja necessidade de dilação do prazo, este deverá ser requisitado e justificado pelo LOCADOR através de ofício ao gestor do contrato.

§2º Específicas:

I- Entregar ao LOCATÁRIO o imóvel em estado de servir ao uso a que se destina, incluindo a pintura;

II- Garantir ao LOCATÁRIO, durante o tempo de locação, o uso pacífico do imóvel locado;

III- Manter, durante o período da locação, a forma e a destinação do imóvel;

IV- Responder pelos vícios ou defeitos anteriores à locação.

V- Fornecer, num prazo máximo de 05(cinco) dias a contar da assinatura do contrato, ao LOCATÁRIO, caso este solicite, laudo descritivo do imóvel, onde conste estar o mesmo em condições estruturais para a execução do objeto contratual, bem como a descrição minuciosa do estado em que será entregue o mesmo, através de laudo de vistoria, com expressa referência aos eventuais defeitos existentes:

a- O laudo de vistoria deverá conter fotos de todos os cômodos do imóvel(piso, pintura, instalações elétrica etc.), a fim de demonstrar a condição em que o imóvel foi entregue. Depois de concluído e aprovado, o termo de vistoria inicial passará a ser parte integrante do presente instrumento contratual, sendo a ele anexado ao processo administrativo respectivo.

b- Havendo divergência quanto à descrição constante no laudo de vistoria, o órgão beneficiário do imóvel comunicará, através de ofício dirigido ao (à) gestor (a) de contrato, os pontos do laudo sobre os quais diverge, para que o (a) gestor (a) de contrato, em conjunto com o LOCADOR, realize a conferência no local e proceda às correções necessárias.

c- Em, no mínimo, 120(cento e vinte) dias antes do vencimento do prazo de vigência, o LOCADOR deverá elaborar termo de vistoria final provisório e entrega-lo ao (à) gestor de contrato, que o submeterá à aprovação do LOCATÁRIO, verificando as reais condições do imóvel e confrontando com o termo de vistoria inicial.

d- Em, no mínimo, 30(trinta) dias antes do vencimento d prazo de vigência, o LOCADOR deverá elaborar termo de vistoria final definitivo e entregá-lo ao (à) gestor de contrato que procederá conforme a alínea "c" supra.

VI- Fornecer ao LOCATÁRIO o recibo de aluguel em conformidade com o disposto no parágrafo primeiro da Cláusula Quinta deste contrato.

VII- Pagar os impostos e as taxas, incluindo-se o Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) e suas taxas agregadas, tais como coleta de lixo e combate a incêndio, e ainda o prêmio de seguro complementar contra fogo, que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel;

VIII-Exibir ao LOCATÁRIO, quando solicitado, os comprovantes

relativos às parcelas que estejam sendo exigidas;

IX- Permitir ao LOCATÁRIO, ao final da vigência contratual, a retirada das redes elétrica e lógica por ele instaladas para adequação das instalações do imóvel às suas necessidades.

CLÁUSULA OITAVA- DAS OBRIGAÇÕES DO LOCATÁRIO

Além das naturalmente decorrentes do presente contrato, constituem obrigações do LOCATÁRIO:

I- Pagar o valor devido ao LOCADOR no prazo avençado;

II- Acompanhar e fiscalizar o objeto em todas as suas etapas, registrando as ocorrências;

III- Servir-se do imóvel para o uso convencionado, compatível com a natureza deste e com o fim a que se destina, devendo tratá-lo com o mesmo cuidado como se fosse seu.

IV- Restituir o imóvel, finda a locação, no estado em que o recebeu, salvo as deteriorações decorrentes do seu uso normal;

V- Levantar imediatamente ao conhecimento do LOCADOR o surgimento de qualquer dano ou defeito cuja reparação a este incumba, bem como as eventuais turbações de terceiros;

VI- Realizar a imediata reparação dos danos verificados no imóvel, ou nas suas instalações, provocadas por si, seus dependentes, visitantes ou prepostos. Quanto às benfeitorias necessárias introduzidas pelo LOCATÁRIO, ainda que não autorizadas pelo LOCADOR e permitem o exercício do direito de retenção por parte do LOCATÁRIO;

VII- Não modificar a forma interna ou externa do imóvel sem o consentimento prévio e por escrito do LOCADOR;

VIII- Entregar imediatamente ao LOCADOR os documentos de cobrança de tributos e encargos condominiais, bem como qualquer intimação, multa ou exigência de autoridade pública, ainda que dirigida ao próprio LOCATÁRIO;

IX- Pagar as despesas de telefone e de consumo de força, energia elétrica e gás, água e esgoto, e quaisquer outras que vierem a gravar o imóvel durante o prazo de vigência do contrato;

X- Permitir a vistoria do imóvel pelo LOCADOR ou por seu mandatário, mediante combinação prévia de dia e hora, bem como admitir que seja o mesmo visitado e examinado por terceiros, na hipótese prevista no art.27 da Lei 8.245/91

CLÁUSULA NONA- DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas em lei e, em caso de desapropriação do imóvel ou de sinistro que inviabilize a sua utilização, ficando este pacto automaticamente rescindido. PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGO.

Parágrafo Único: Na hipótese de rescisão por culpa do LOCADOR, fica este obrigado ao pagamento de multa referente ao valor de 03 (três) meses de aluguel, e aceitar a permanência do LOCATÁRIO no imóvel por pelo menos 45 (quarenta e cinco) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da dotação orçamentária.

08.00-SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

15.452.2002.2055- Manter as Atividades de Infraestrutura

3.3.90.36.01- Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DO FORO

As partes ficam obrigadas a responder pelo cumprimento deste termo, perante o Foro da Comarca de Sumé-Paraíba, não obstante qualquer mudança de domicílio do LOCADOR que, em razão disso, é obrigado a manter um representante com plenos poderes para receber notificação, citação inicial e outras medidas de direito permitidas.

E, por estarem justos e acertados, assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Congo, 02 de Janeiro de 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO/Locatário

MARIA EDILENE DE QUEIRÓS FARIAS/Locador



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO

RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE
Nº IN00001/2021

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Inexigibilidade de Licitação nº IN00001/2021, que objetiva: SERVIÇO DE CONSULTORIA ESPECIALIZADA EM DIREITO ADMINISTRATIVO; RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: LEONARDO SOUZA LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA - R\$ 66.000,00.

Congo - PB, 21 de Janeiro de 2021

ROMUALDO ANTONIO QUIRINO DE SOUSA
Prefeito Constitucional

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO

RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE
Nº IN00002/2021

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Inexigibilidade de Licitação nº IN00002/2021, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSULTORIA E ASSESSORIA CONTÁBIL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DO CONGO/PB; RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: JOILTO GONCALVES DE BRITO - R\$ 66.000,00.

Congo - PB, 29 de Janeiro de 2021.

ROMUALDO ANTONIO QUIRINO DE SOUSA - Prefeito
Constitucional

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO

EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: SERVIÇO DE CONSULTORIA ESPECIALIZADA EM DIREITO ADMINISTRATIVO. **FUNDAMENTO LEGAL:** Inexigibilidade de Licitação nº IN00001/2021. **DOTAÇÃO:** Recursos Próprios do Município de Congo: 02.00 SEC. DE ADMINISTRACAO – SEAD 04.122.1002.2006 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRAÇÃO GERAL 001.000000 Recursos Ordinários 3.3.90.35.01 SERVIÇOS DE CONSULTORIA 3.1.90.04.01 **CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.** **VIGÊNCIA:** até o final do exercício financeiro de 2021. **PARTES CONTRATANTES:** Prefeitura Municipal de Congo e: CT Nº 40101/2021 - 01.02.21 - LEONARDO SOUZA LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA - R\$ 66.000,00.